




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio


RIGER DA DGPCF
2007

**Relatório de
Informações Gerenciais
da Diretoria Geral de
Planejamento,
Coordenação e
Finanças.**

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS			
	Unidade Organizacional: DGPCF	Proposto por: RD da DGPCF	Aprovado por: Diretor-Geral da DGPCF	Período: Janeiro a dezembro de 2007

SUMÁRIO

1	RESUMO EXECUTIVO	3
2	AVALIAÇÃO da GESTÃO estratégica	5
2.1	Avaliação dos Direcionadores Estratégicos	5
2.2	Objetivos Estratégicos.....	5
3	AvalIAÇÃO DA GESTÃO OPERACIONAL.....	8
3.1	Indicadores e Análise de Dados da Diretoria Geral (1º Nível).....	8
3.2	Indicadores e Análise de Dados dos Departamentos da DGPCF (2º Nível) ...	17
4	GESTÃO DOS RECURSOS (*)	28
4.1	Situação do Quadro de Pessoal.....	28
4.2	Situação dos Recursos de Tecnologia da Informação	28
4.3	Situação dos Demais Recursos de Infra-estrutura	28
4.4	Documentação e Informação (RAD e Registro)	29
4.5	Situação dos Contratos Fiscalizados pelas Unidades.....	29
4.6	Atividades Complementares	30
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS			
	Unidade Organizacional: DGPCF	Proposto por: RD da DGPCF	Aprovado por: Diretor- Geral da DGPCF	Período: Janeiro a dezembro de 2007

1 RESUMO EXECUTIVO


Este documento tem como objetivo apresentar os resultados do desempenho da Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças, relativos ao período de janeiro a dezembro de 2007.

A Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças possui seis Objetivos Estratégicos distribuídos em três focos estratégicos, detalhados no item 2.2. As ações definidas nos planos em 2007 foram cumpridas dentro do prazo planejado.


O objetivo estratégico de “Dar continuidade ao sistema informatizado do Departamento de Gestão da Arrecadação” foi cancelado, haja vista que os sistemas já se encontram desenvolvidos, restando 2 (dois) aplicativos que resultam da integração dos programas existentes, não dependendo, efetivamente, do desempenho do DEGAR.

Os indicadores de desempenho operacionais relativos ao primeiro e segundo níveis de processo de trabalho apresentaram os seguintes resultados no período:

- 1) A despesa total do PJERJ representou 0,6% do Produto Interno Bruto projetado para o ano de 2007.
- 2) A despesa total do Tribunal representou 4,80% dos gastos públicos estaduais estimados para o ano de 2007.
- 3) A despesa da Justiça estadual por habitante em 2007 é de R\$ 110,46.
- 4) 34,35% dos programas do Plano de Ação Governamental foram executados em relação ao contratado de janeiro a dezembro/07.
- 5) Da dotação orçamentária do exercício de 2007 foram compromissadas: 99,92% da despesa de pessoal, 95,85% das despesas de custeio e 84,48% das despesas de investimento.
- 6) A despesa realizada do PJERJ atingiu 78,86% em relação total da receita realizada em 2007.

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS			
	Unidade Organizacional: DGPCF	Proposto por: RD da DGPCF	Aprovado por: Diretor- Geral da DGPCF	Período: Janeiro a dezembro de 2007

- 7) A relação da Despesa de Pessoal e Encargos do PJERJ sobre a Despesa Total do PJERJ foi de 77,19% em 2007.
- 8) A relação da Despesa com custeio e capital do PJERJ sobre a Despesa total do PJERJ foi de 22,81% em 2007.
- 9) A relação da Despesa com Bens e Serviços sobre a Despesa Total do PJERJ foi de 8,53% em 2007.
- 10) Previsão de 76,43% de despesas (auxílios e outros) em 2008 sobre os recursos da Fonte 99 – Convênio com Instituições Financeiras.
- 11) O índice de conformidade no processo de ordenação de despesas foi de 99,9% dos processos recebidos e com ordenação de despesas autorizada.
- 12) A média no período de agosto a dezembro foi de 93,55% dos pagamentos efetuados pelo Tribunal de Justiça aos fornecedores no vencimento.
- 13) Variações em despesa de pessoal efetivo entre os anos de 2006 e 2007: 2,71% em folha de magistrados, 28,05% em juízes leigos e 3,14% em folha de servidores.
- 14) A receita realizada em 2007 ultrapassou em 2,91% a meta anual projetada de arrecadação neste ano e foi superior em 4,97% em relação à receita realizada em 2006.
- 15) De janeiro a dezembro/07, a despesa realizada do FETJ atingiu 78,42% dos recursos em relação à receita realizada do FETJ.
- 16) No ano de 2007, a despesa de pessoal ativo representou 4,91% da Receita Corrente Líquida do Estado do referido período.
- 17) O custo anual da atividade judiciária (Comum e Juizados) e administrativa por processo foi de R\$ 843,28 em 2007, sendo que o custo por processo em Juizados Especiais foi de 283,07 no último ano. O custo anual da prestação jurisdicional

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS			
	Unidade Organizacional: DGPCF	Proposto por: RD da DGPCF	Aprovado por: Diretor- Geral da DGPCF	Período: Janeiro a dezembro de 2007

(atividades judiciária e administrativa) por habitante foi de R\$ 68,82 em 2007. O custo anual da prestação jurisdicional por serventia judicial foi de R\$ 728.170,13 em 2007.

O indicador de primeiro nível “Custas e recolhimentos diversos sobre Despesa Total do PJERJ” será excluído do Documento Estratégico, em vista de suas informações constarem de outro indicador constante da árvore. Os indicadores de segundo nível dos processos de trabalho “Acompanhar e controlar receitas do FETJ”, “prover assessoria jurídica” e “prover assessoria técnica” estão sendo reavaliados. Por fim, o indicador de segundo nível do processo de trabalho “Apoiar atividades da DGPCF” não teve a medição finalizada.

2 AVALIAÇÃO DA GESTÃO ESTRATÉGICA

2.1 Avaliação dos Direcionadores Estratégicos

Os Direcionadores Estratégicos da Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças foram definidos a partir da missão e da visão do Poder Judiciário.

Missão da DG: “Gerir, de forma eficiente, os recursos necessários à prestação jurisdicional”


Visão da DG: “Referencial em planejamento, em coordenação e gestão dos recursos públicos”.

Valores da DG: “Conhecimento jurídico atualizado, ética, objetividade, melhoria contínua, foco no usuário”

Cabe assinalar que os direcionadores estratégicos estão compatíveis com o propósito da unidade, sendo que os valores da Diretoria Geral serão revisados.

2.2 Objetivos Estratégicos

Foram definidos, para o Biênio 2007-2008, Objetivos Estratégicos a partir dos Focos Estratégicos estabelecidos pela Comissão de Gestão Estratégica do PJERJ.

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS			
	Unidade Organizacional: DGPCF	Proposto por: RD da DGPCF	Aprovado por: Diretor- Geral da DGPCF	Período: Janeiro a dezembro de 2007

2.2.1 Avaliação dos Objetivos do Biênio 2007-2008

O quadro seguinte pormenoriza os objetivos estratégicos selecionados, a meta estabelecida e a situação em que se encontra no período analisado.

FOCO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	META	%		PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO DO OBJETIVO	OBSERVAÇÃO
			Planej	Real		
Implementar novas práticas de Gestão	Implementar o sistema Corporativo de Planejamento, Orçamento e Custos (RAC/PAG/SOF)	Sistema concluído até Dez/08	50	50	Maio/07 a Dez/08	Módulos criados do sistema SOF: controle da data de vencimento das faturas para geração do indicador, relatórios para substituição das fichas financeiras, controle de auxílios (creche, funeral etc), liquidação da apropriação da folha.
	Dar continuidade ao projeto de GRERJ eletrônica	2007: 1ª Etapa (Cartórios Extrajudiciais privatizados) concluída até Jul/07 2ª etapa (inscrições em concursos e permissionários/cessionários) concluída até Dez/07 2008: 3ª Etapa (Judicial) concluída até Set/2008	100	100	Abril/07 a Dez/08	Implementadas as 1ª e 2ª fases. A 3ª fase encontra-se em desenvolvimento
	Promover ações para divulgação da gestão orçamentária e financeira do PJERJ	Gestores Treinados	100	95	Abril/07 a Dez/08	Matérias jornalísticas publicadas, realizado curso de planejamento orçamento e finanças.

Análise de Dados: As ações concluídas estão dentro do prazo planejado, exceto a promoção da gestão orçamentária e financeira, restando dar início à contratação da segunda turma de capacitação em orçamento e finanças em 2008.

Ações Gerenciais: Dar início à segunda turma de capacitação em orçamento e finanças.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Unidade Organizacional:
DGPCF

Proposto por: RD da
DGPCF

Aprovado por: Diretor-
Geral da DGPCF

Período:
Janeiro a
dezembro de
2007

Emissão:
31/03/08

FOCO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	META	%		PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO DO OBJETIVO	OBSERVAÇÃO
			Planej	Real		
Equilibrar as Receitas e Despesas do PJERJ	Ampliar as receitas e reduzir as despesas do PJERJ	2007: Majorar em até 2% sobre o valor total das receitas do FETJ auferidas em 2006	100	100	Mai/07 a Dez/08	Plano de ação das unidades – DGPCF analisará a implementação dos projetos para medição de resultados

Análise de Dados: O objetivo estratégico da DGPCF incentivou diversas ações de redução e racionalização de despesas por grande parte das Diretorias Gerais, valendo destacar as seguintes: Racionalização do uso do telefone restringindo as ligações para celular, alteração na produtividade da Manutenção Diurna no contrato de prestação de serviços diários de conservação e limpeza com serviço de imunização de 900 m² para 1200 m², readequação do perfil de consumo dos usuários no contrato de Locação de máquina reprográfica, manutenção dos custos no contrato de prestação de serviços diários de conservação e limpeza com serviço de imunização e capinagem (não ocupação dos postos de trabalho vagos), lavagem de carros por meio de dois tickets semanais. Convênio de cooperação entre o TJERJ e a Defensoria Pública de nº 003/690/2007 em que a Defensoria obriga-se a repassar os valores correspondentes às despesas referentes à prestação dos serviços de fiscalização, assim como o custo total pela elaboração de cada projeto de obra cujos valores serão fixados/demonstrados por meio de faturas e planilhas de custos dos serviços, cancelamento da assinatura de magistrados e unidades administrativas, e a reciclagem de cartuchos. Vale ressaltar que a meta anual de arrecadação foi alcançada, superando em 2,91% o inicialmente previsto.

Ações Gerenciais: Acompanhamento de despesas

FOCO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	META	%		PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO DO OBJETIVO	OBSERVAÇÃO
			Planej	Real		
Modelar, Documentar e Medir Processos de Trabalho	Implementar o Documento Estratégico da DGPCF	Documento Estratégico Implementado	100	100	Julho/07 a Dez/08	Documento Estratégico revisado e implementado, sendo prevista nova revisão da árvore de indicadores e processos
	Aperfeiçoar RIGER	RIGER Implementado	100	92	Junho/07 a Dez/08	RIGER elaborado com atraso.

Análise de Dados: As ações concluídas estão em sua maioria no prazo planejado

Ações Gerenciais: O prazo para finalização de coleta de informações relativo aos indicadores do RIGER é exíguo em relação aos processos de trabalho da Diretoria.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Unidade Organizacional:
DGPCF

Proposto por: RD da
DGPCF

Aprovado por: Diretor-
Geral da DGPCF

Período:
Janeiro a
dezembro de
2007

Emissão:
31/03/08

3 AVALIAÇÃO DA GESTÃO OPERACIONAL

3.1 Indicadores e Análise de Dados da Diretoria Geral (1º Nível)

INDICADOR

Despesa Total do
PJRJ sobre o
PIB-RJ

PERIODICIDADE
DE MEDIÇÃO:
semestral

Fonte: SIAFEM-
RJ e sistema CNJ

FÓRMULA DO INDICADOR

(Despesa Total
do PJERJ sobre
o PIB-RJ) x 100

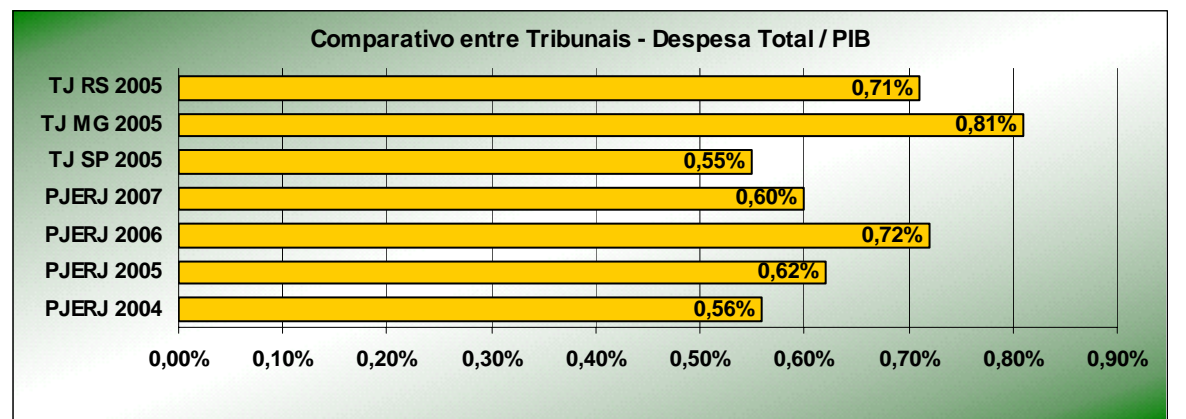
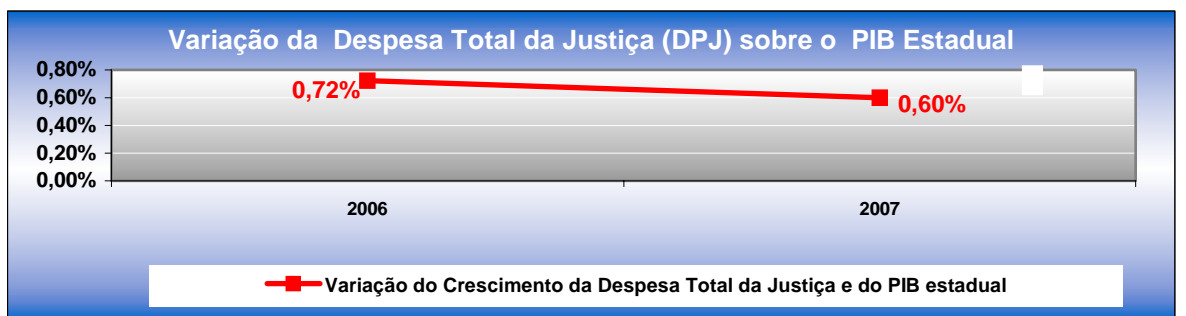
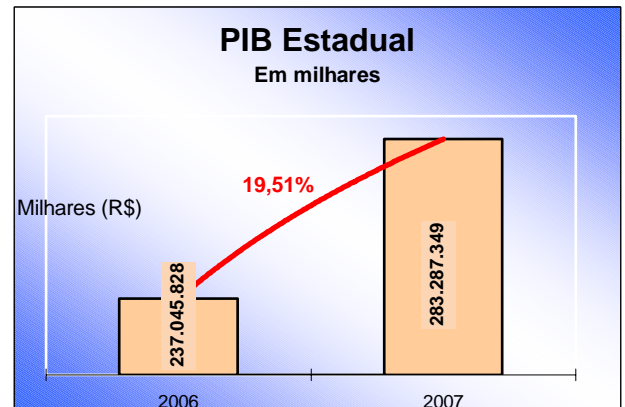
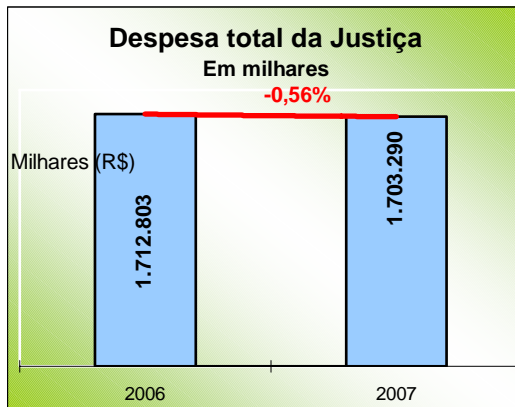
FINALIDADE DO INDICADOR

Medir o
crescimento do
PIB-RJ em
relação à
Despesa Total do
PJRJ.

RESULTADO DO INDICADOR:

A Despesa Total
do PJERJ
representou 0,6%
do Produto
Interno Bruto
projetado para o
ano de 2007.

Meta: não há



ANÁLISE DE DADOS: A Despesa Total do PJERJ reduziu 0,56% de 2006 a 2007, enquanto estimou-se o crescimento do PIB-RJ de 19,51% em 2007. Os índices inflacionários que refletem as variações de bens e serviços entre 2006 a 2007, registraram elevações de 4,19% em relação ao IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, 6,22% em relação ao IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado, 4,54% em relação ao IPC. Houve decréscimo na proporção entre Despesa Total do PJERJ e Produto Interno Bruto de um ano para outro, de 0,72% para 0,60%, cabendo ressaltar que o dado informado do PIB/2007 é uma projeção para o ano. Em comparação com os outros tribunais, o PJERJ é o que apresenta uma das menores relações de Despesa Total sobre PIB, e encerrou o ano de 2007 com porcentagem próxima à registrada em 2005.

AÇÕES GERENCIAIS: Continuar monitorando as Despesas do PJERJ.

Ratificado pelo DEPLO.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Unidade Organizacional:
DGPCF

Proposto por: RD da
DGPCF

Aprovado por: Diretor-
Geral da DGPCF

Período:
Janeiro a
dezembro de
2007

Emissão:
31/03/08

INDICADOR

Despesa Total do PJERJ sobre a despesa pública do Estado

PERIODICIDADE DE MEDIÇÃO:
semestral

Fonte: SIAFEM-RJ e sistema CNJ

FÓRMULA DO INDICADOR

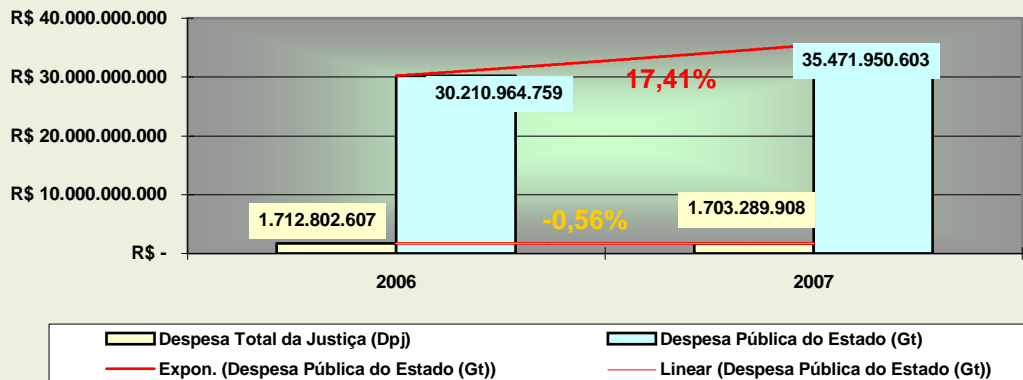
$(\text{Despesa Total do PJERJ sobre a Despesa Pública do Estado}) \times 100$

FINALIDADE DO INDICADOR

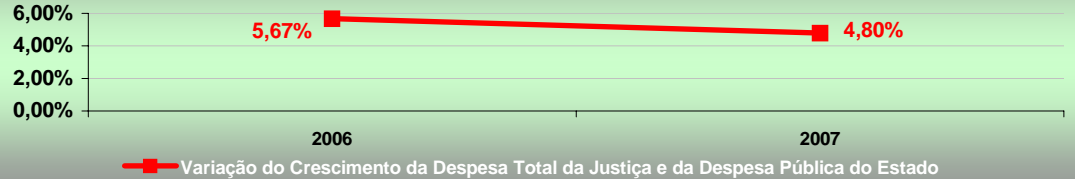
Comparar o crescimento da Despesa Total do PJERJ em relação à Despesa Pública do Estado.

RESULTADO DO INDICADOR: A despesa total do Tribunal representou 4,80% dos gastos públicos estaduais estimados para o ano de 2007.

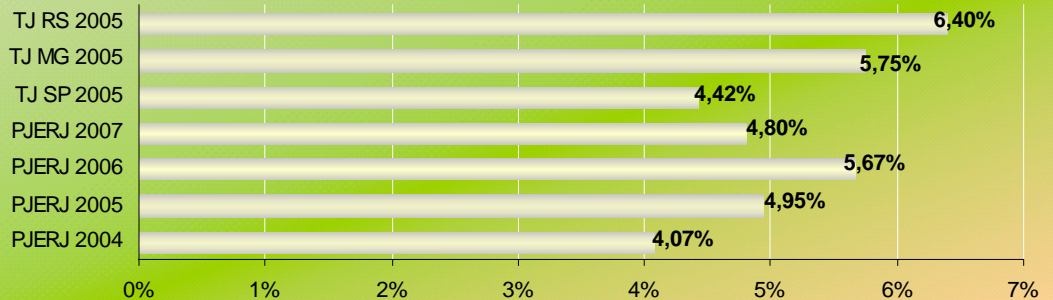
Relação Despesa Total da Justiça (Dpj) e Despesa Pública do Estado (Gt)



Crescimento da Despesa Total da Justiça (DPJ) sobre a Despesa Pública do Estado (Gt)



Comparativo entre Tribunais - Despesa Total / Despesa Pública



META: não há

ANÁLISE DE DADOS: A Despesa Total do PJERJ reduziu 0,56% de 2006 a 2007, enquanto que a despesa pública do Estado aumentou 17,41% no período em exame. Face ao acréscimo acentuado verificado na Despesa Pública do Estado e ao decréscimo na Despesa Total do PJERJ percebe-se ligeira redução na proporcionalidade entre os dois índices entre 2006 e 2007, já que em 2006 era de 5,67% e em 2007 passou a 4,80%. Em comparação com os outros Tribunais, o PJERJ está entre os que apresentam a menor relação entre Despesa Total e Despesa Pública do Estado e encerrou o ano de 2007, próximo ao patamar alcançado em 2005.

AÇÕES GERENCIAIS: Continuar o monitoramento das despesas do PJERJ.

Ratificado pelo DEPLO.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Unidade Organizacional:
DGPCF

Proposto por: RD da
DGPCF

Aprovado por: Diretor-
Geral da DGPCF

Período:
Janeiro a
dezembro de
2007

Emissão:
31/03/08

INDICADOR

Despesa Total do
PJERJ sobre a
População do
Estado

**PERIODICIDADE
DE MEDIÇÃO:**
semestral

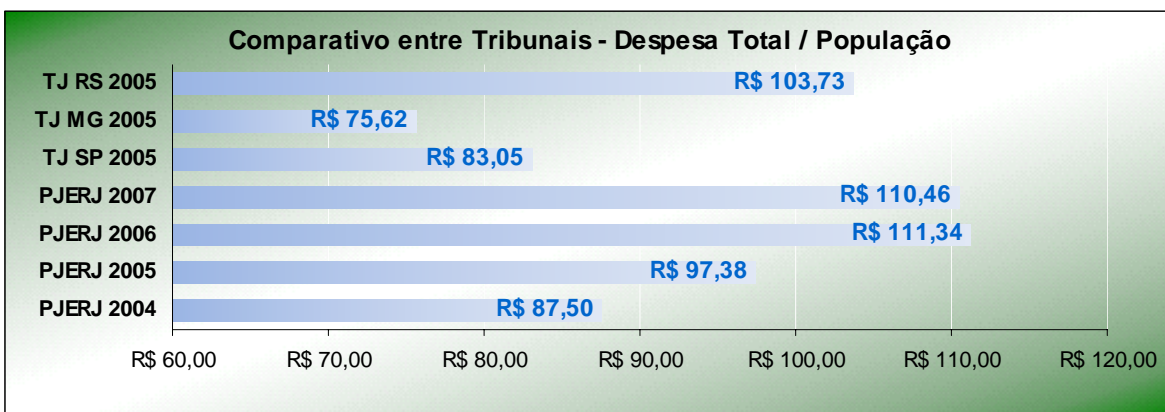
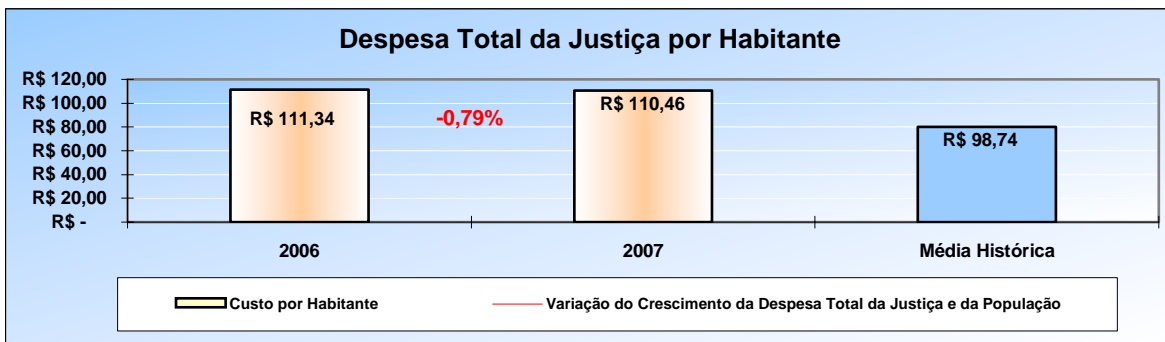
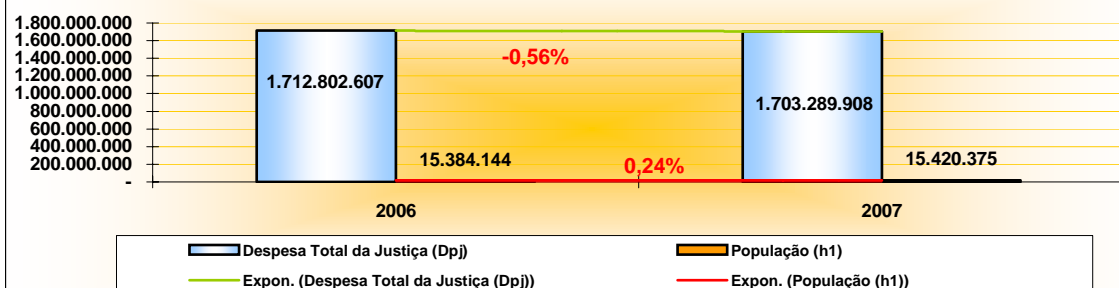
Fonte: SIAFEM-
RJ e sistema CNJ

FÓRMULA DO INDICADOR

(Despesa Total
do PJERJ sobre a
População do RJ)

FINALIDADE DO INDICADOR

Medir o
crescimento da
Despesa Total do
PJERJ em
relação à
População do
Estado



RESULTADO DO INDICADOR: O custo da Justiça estadual por habitante em 2007 foi de R\$ 110,46.

META: Manter a média histórica de R\$ 98,74 ao ano.

ANÁLISE DE DADOS: O custo da Justiça Estadual por habitante diminuiu 0,79% de 2006 a 2007. Colaboraram para a tendência os dados relativos à Despesa Total da Justiça do PJERJ que decresceu em 0,56%, bem como o ajuste da projeção anual do nº de habitantes do Estado que acresceu apenas 0,24%, no período analisado. Em comparação com os outros Tribunais, o PJERJ é o que apresenta a maior relação entre Despesa Total por Habitante, que varia na proporção inversa ao nº de habitantes.

AÇÕES GERENCIAIS: Continuar monitorando o custo da Justiça Estadual por habitante.

Ratificado pelo DEPLO.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Unidade Organizacional:
DGPCF

Proposto por: RD da
DGPCF

Aprovado por: Diretor-
Geral da DGPCF

Período:
Janeiro a
dezembro de
2007

Emissão:
31/03/08

INDICADOR

Grau de Execução do Plano de Ação Governamental – 2007/2008

PERIODICIDADE DE MEDIÇÃO:
quadrimestral

Fonte: PAG

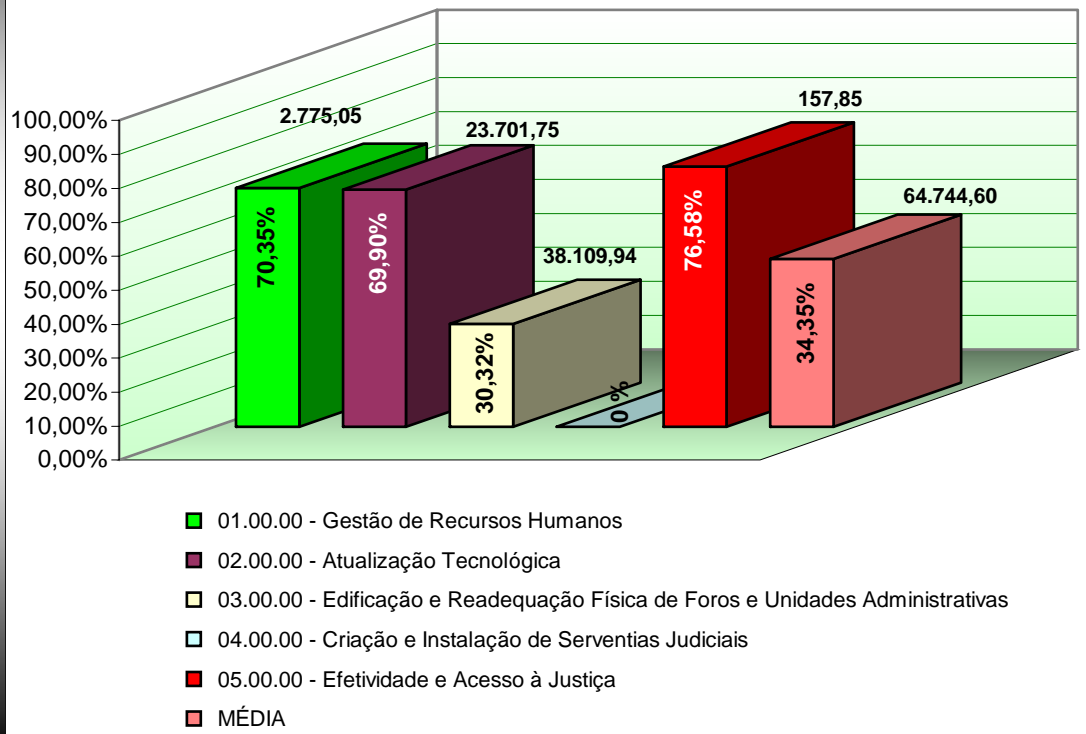
FÓRMULA DO INDICADOR

[somatório (valor executado de cada programa do plano/valor contratado de cada programa do plano)] x 100

FINALIDADE DO INDICADOR

Medir o percentual de execução dos programas definidos no PAG 2007-2008

Grau de Execução do PAG 2007/2008
3º Quadr./07 por Programas - Em milhares (R\$)



RESULTADO DO INDICADOR: 34,35% dos programas do PAG foram executados em relação ao contratado de janeiro a dezembro/07.

META: manter 100% dos projetos adequados aos recursos previstos no PAG.

ANÁLISE DE DADOS: Os programas Gestão de Recursos Humanos e Efetividade e Acesso à Justiça são os que possuem os maiores percentuais executados, respectivamente, 70,35% e 76,58%. O programa Readequação Física de Foros e Unidades Administrativas apresenta expectativa de crescimento percentual de execução, em vista da quantidade de obras contratadas, ao todo 19 (dezenove), bem como outras 08 (oito) já em processo de licitação e 08 (oito) a licitar até a presente data.

AÇÕES GERENCIAIS: Remanejar recursos de um projeto, a fim de priorizar a execução de outro. Cumprir prazo curto para tramitação de processos na DGPCF.

Ratificado pela DIPLA.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Unidade Organizacional:
DGPCF

Proposto por: RD da
DGPCF

Aprovado por: Diretor-
Geral da DGPCF

Período:
Janeiro a
dezembro de
2007

Emissão:
31/03/08

INDICADOR

Aplicação dos Recursos
Orçamentários

PERIODICIDADE DE MEDIÇÃO:

Mensal

Fonte: Sistema SOF

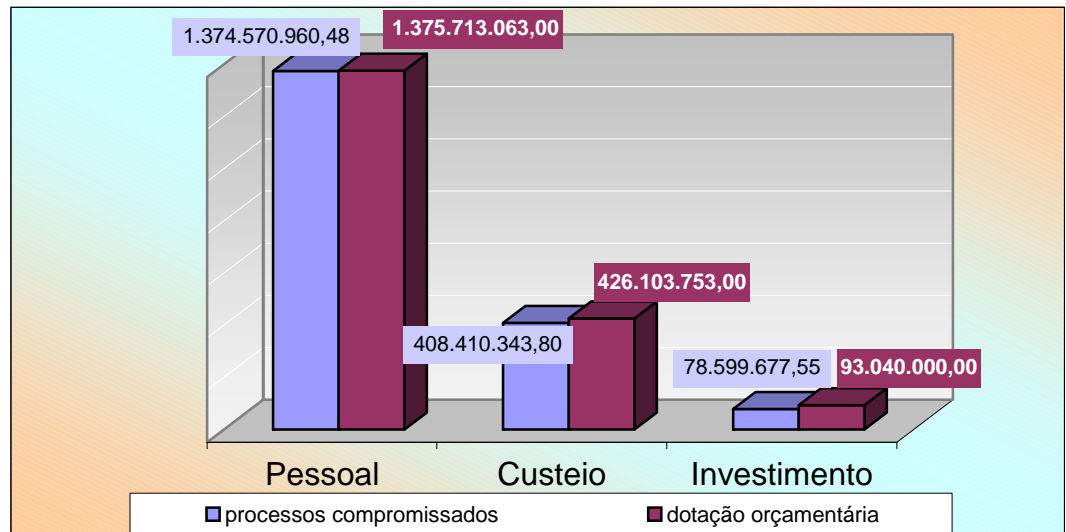
FÓRMULA DO INDICADOR

(Compromisso/Orçamento)

FINALIDADE DO INDICADOR

Medir a disponibilidade de
recursos orçamentários

Compromisso x Dotação



RESULTADO DO INDICADOR: Até dezembro de 2007 foram comprometidos os seguintes percentuais da dotação orçamentária do exercício de 2007: 99,92% referente a despesa de pessoal, 95,85% referente a despesa de custeio e 84,48% relativo a despesas de investimento.

META: não ultrapassar 100% da disponibilidade orçamentária para execução dos projetos aprovados pela Administração Superior.

ANÁLISE DE DADOS: Observa-se que as despesas com pessoal, custeio e investimento apresentaram satisfatório grau de execução orçamentária de janeiro a dezembro/07. Vale mencionar que no que se refere às despesas com pessoal foi disponibilizado ao Tesouro Estadual em dezembro R\$ 192.300.300,00 (cento e noventa e dois milhões, trezentos mil e trezentos reais), acarretando a supressão de 12,26% na referida dotação inicial. A Dotação Orçamentária foi acrescida, em setembro de 2007, de R\$ 55.000.000,00 em virtude de Recursos provenientes do *Superávit* Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2006 do FETJ (Decreto nº 40.898 de 13/08/2007). Tal reforço orçamentário dirigiu-se à dotação de despesas com custeio, acarretando o acréscimo de 14,82% na dotação inicial deste tipo de despesa.

AÇÕES GERENCIAIS: Acompanhar a evolução das despesas; relatar as necessidades de remanejamentos de dotação orçamentária no Quadro de Detalhamento de Receitas e Despesas avaliando a compatibilidade entre o proposto e o executado pelas unidades organizacionais; controlar a execução orçamentária e suas alterações, referentes ao exercício financeiro em curso.

Ratificado pela DIGOR.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Unidade Organizacional:
DGPCF

Proposto por: RD da
DGPCF

Aprovado por: Diretor-
Geral da DGPCF

Período:
Janeiro a
dezembro de
2007

Emissão:
31/03/08

INDICADOR

Comparativo Receita Realizada e Despesa Realizada do PJERJ

PERIODICIDADE DE MEDIÇÃO:

Trimestral

Fonte: SIAFEM-RJ

FÓRMULA DO INDICADOR

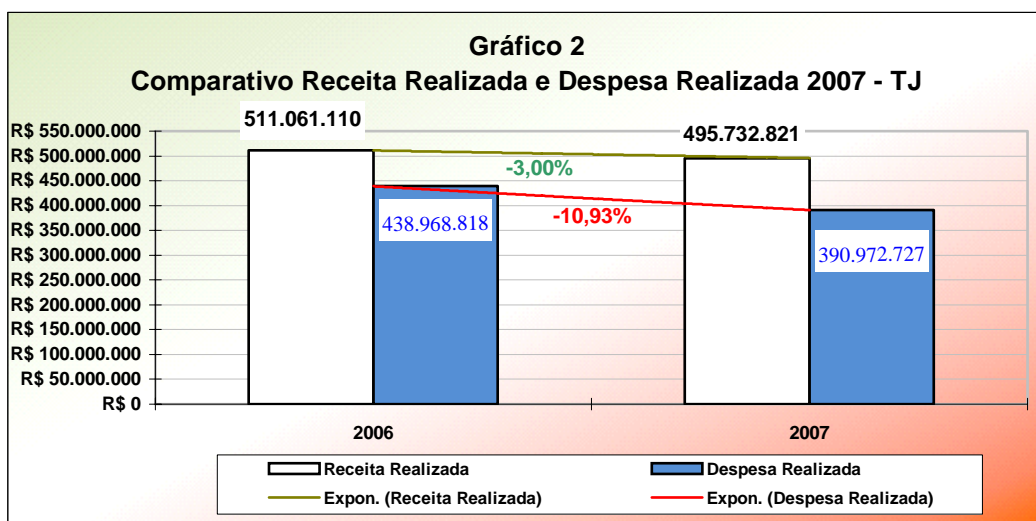
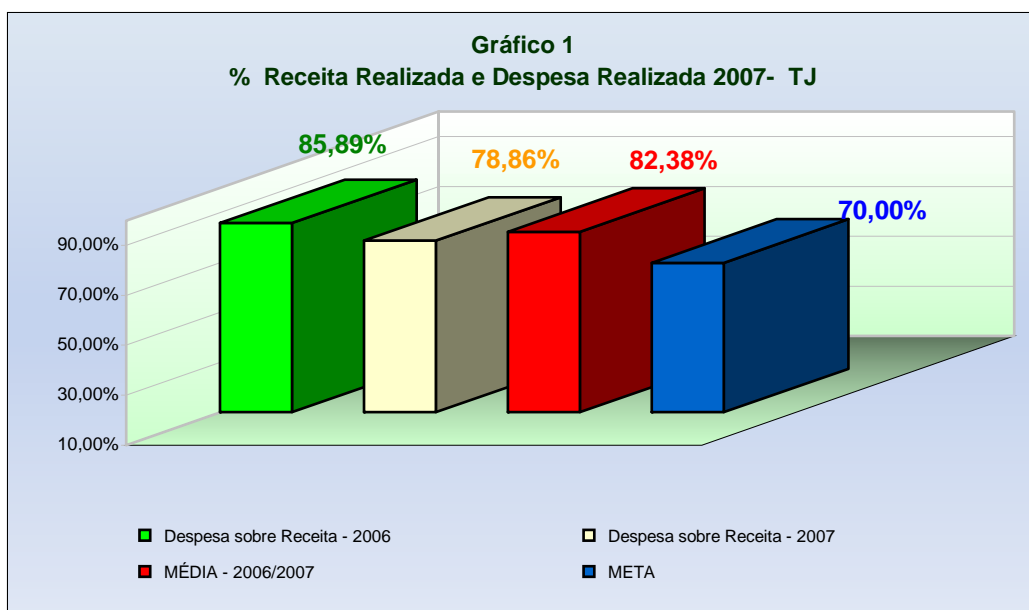
Despesa Realizada sobre
Receita Realizada x 100

FINALIDADE DO INDICADOR

Monitorar o status de
despesa versus receita

RESULTADO DO INDICADOR: A despesa realizada do PJERJ atingiu 78,86 % em relação ao total receita realizada em 2007.

A receita realizada - TJ é constituída pelo ingresso de recursos do FETJ somado àqueles relativos ao Convênio com Instituição Financeira.



META: limitar os gastos totais do PJERJ em 70% da receita total realizada no ano.

ANÁLISE DE DADOS: Em 2007 os gastos do PJERJ com custeio e investimento extrapolaram em 12,66% a meta estipulada. Obtivemos um resultado sensivelmente melhor se comparado ao ano de 2006, devido à política de controle de gastos da atual Administração, como pode ser visto no gráfico 2. De janeiro a dezembro de 2007, conforme demonstrado no gráfico 1, o total da despesa realizada foi de 78,86% e de janeiro a dezembro de 2006 chegou a 85,89%, em relação à receita realizada.. Observando-se o gráfico 2, podemos aduzir que houve significativo decréscimo das despesas realizadas TJ, no período 2006/2007, de 10,93%, bem como declínio das receitas realizadas TJ, no mesmo período, de 3%, sendo que a variação negativa das despesas permitiu que o resultado do indicador não ficasse tão distante da meta estipulada

AÇÕES GERENCIAIS: Monitoramento das despesas realizadas e receitas realizadas.

Ratificado pelo DECON.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Unidade Organizacional:
DGPCF

Proposto por: RD da
DGPCF

Aprovado por: Diretor-
Geral da DGPCF

Período:
Janeiro a
dezembro de
2007

Emissão:
31/03/08

INDICADOR

Despesas com Pessoal e Encargos sobre a Despesa Total do PJERJ

PERIODICIDADE DE MEDICÃO: Semestral

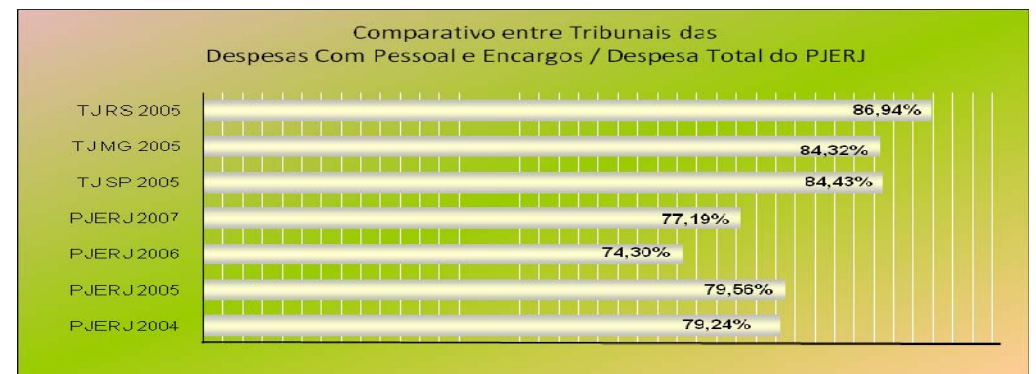
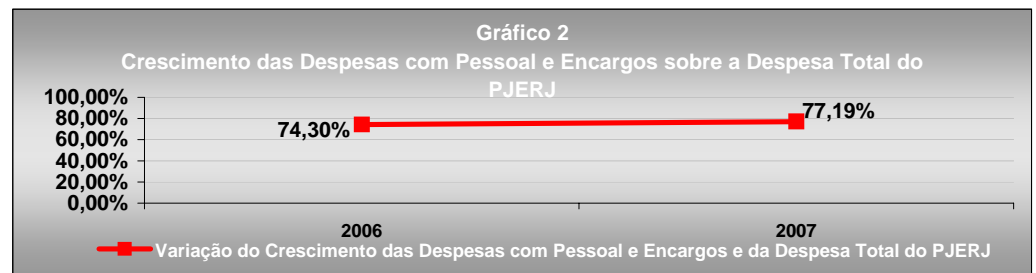
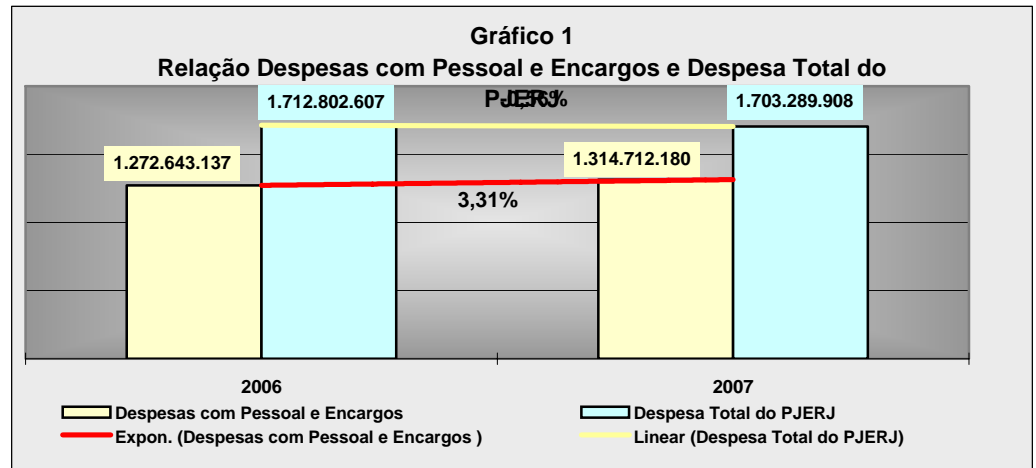
Fonte: SIAFEM-RJ

FÓRMULA DO INDICADOR

Despesas de índole remuneratória para os servidores ativos (excluídos inativos) do quadro permanente, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas a conta dos recursos consignados ao TJERJ no período-base

FINALIDADE DO INDICADOR

Demonstrar a extensão da despesa de pessoal do PJERJ em razão das despesas totais



RESULTADO DO INDICADOR: A relação da Despesa de Pessoal e Encargos do PJERJ sobre a Despesa Total do PJERJ foi de 77,19% em 2007.

META: não há

ANÁLISE DE DADOS: A relação entre a Despesa de Pessoal e Encargos sobre a Despesa Total do PJERJ aumentou em 2007 (77,19) em relação a 2006 (74,30%), conforme gráfico 2. Colaborou para este resultado o aumento de 3,31% da Despesa de Pessoal e Encargos entre 2006 e 2007 (gráfico 1), em especial, a elevação da folha dos juizes leigos em 28,05% no período, conforme indicador de página 20, observando-se também o impacto da redução em 0,56% da Despesa Total do PJERJ de um ano para outro. Em comparação com outros Tribunais, o PJERJ é o que possui o menor índice de Despesa de Pessoal e Encargos sobre a Despesa Total, de acordo com o gráfico acima, lembrando que os outros Estados incluem inativos no cálculo deste indicador.

AÇÕES GERENCIAIS: Continuar monitorando as despesas.

Ratificado pelo DECON.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Unidade Organizacional:
DGPCF

Proposto por: RD da
DGPCF

Aprovado por: Diretor-
Geral da DGPCF

Período:
Janeiro a
dezembro de
2007

Emissão:
31/03/08

INDICADOR

Total das Despesas de Custeio e Capital sobre a Despesa Total no PJERJ

PERIODICIDADE DE MEDIÇÃO:

Semestral

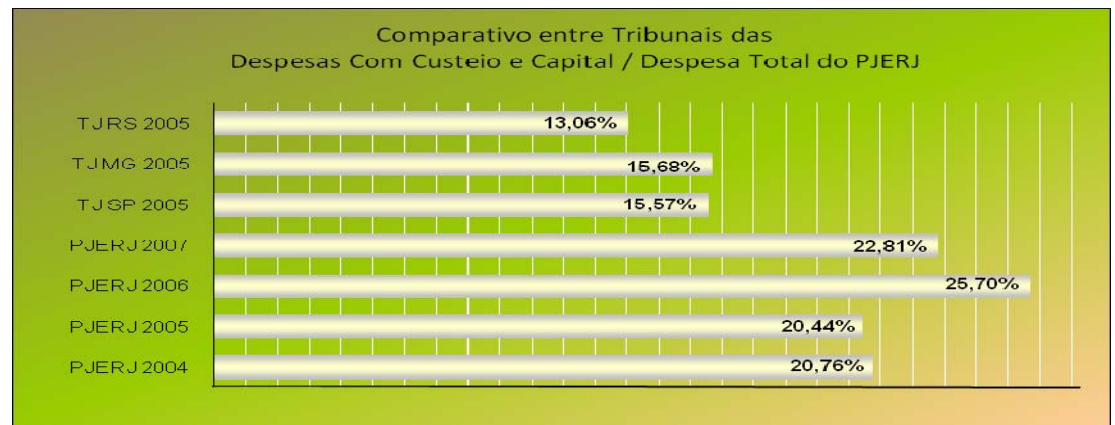
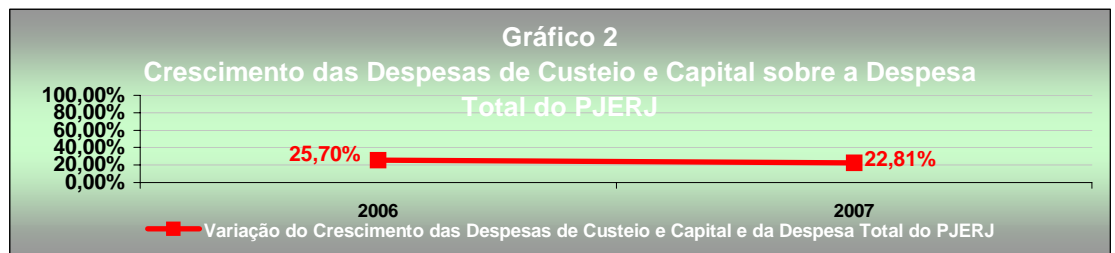
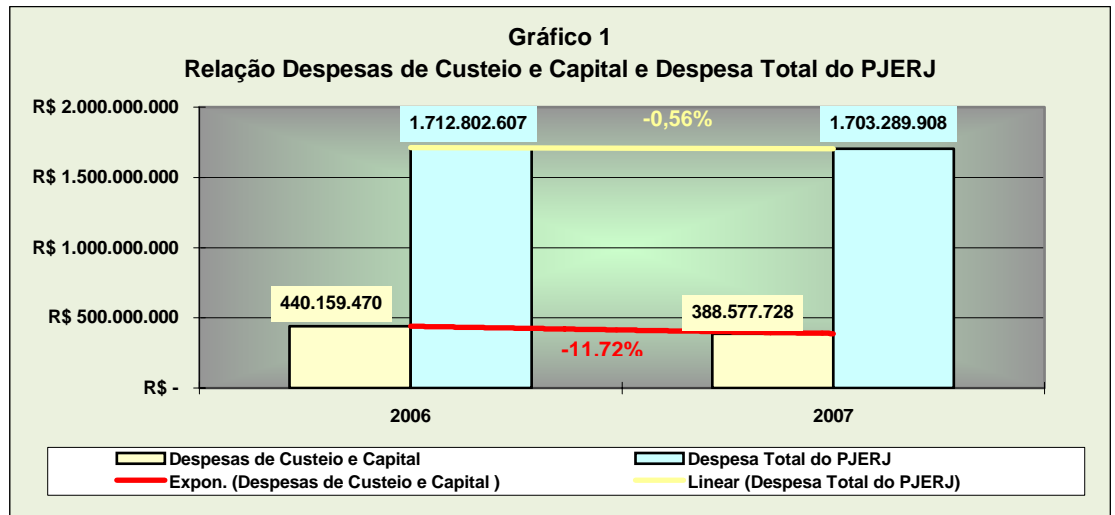
Fonte: SIAFEM-RJ

FÓRMULA DO INDICADOR

Despesas com custeio e capital, incluídas as despesas relativas a pessoal e a encargos dos servidores que não integram o quadro permanente, excluídas as despesas de exercícios anteriores

FINALIDADE DO INDICADOR

Demonstrar a extensão da despesa de custeio e capital do PJERJ em razão das despesas totais



RESULTADO DO INDICADOR: A relação da Despesa com Custeio e Capital do PJERJ sobre a Despesa Total do PJERJ foi de 22,81% em 2007, conforme gráfico 2.

META: não há.

ANÁLISE DE DADOS: A relação entre a Despesa com custeio e capital do PJERJ sobre a Despesa Total do PJERJ diminuiu em 2007 (22,81%) em relação a 2006 (25,70%). Colaborou para este resultado a diminuição em 11,72% da Despesa com custeio e capital do PJERJ de 2006 a 2007 (gráfico 1), principalmente, a redução dos investimentos em obras, ressaltando que a Despesa Total do PJERJ diminuiu 0,56% de um ano para outro. Em comparação com outros Tribunais, o PJERJ é que possui o índice mais elevado de Despesas com Custeio e Capital sobre a Despesa Total, conforme o gráfico acima, lembrando que o TJERJ é o único Tribunal com plena autonomia financeira, no tocante a custeio e investimentos, excluindo-se despesas de pessoal.

AÇÕES GERENCIAIS: Continuar monitorando as despesas.

Ratificado pelo DECON.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Unidade Organizacional:
DGPCF

Proposto por: RD da
DGPCF

Aprovado por: Diretor-
Geral da DGPCF

Período:
Janeiro a
dezembro de
2007

Emissão:
31/03/08

INDICADOR

Total das Despesas com Bens e Serviços sobre a Despesa Total no PJERJ

PERIODICIDADE DE MEDIÇÃO:

Semestral

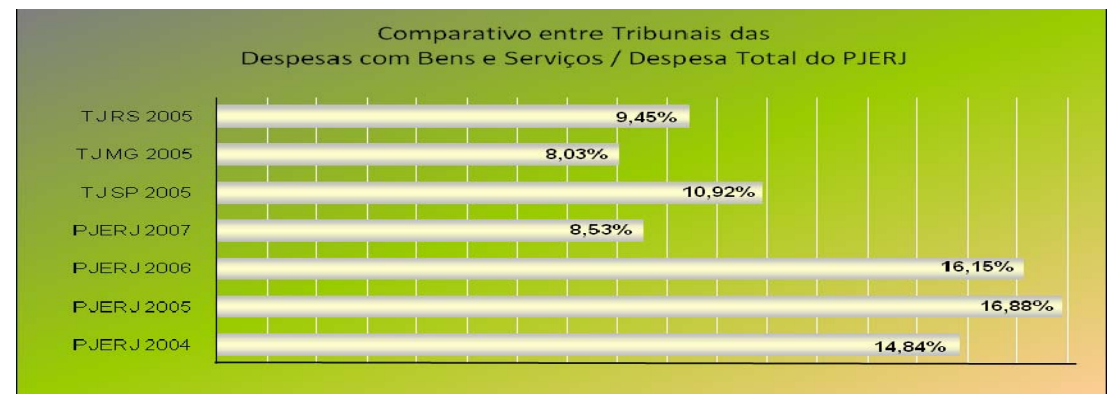
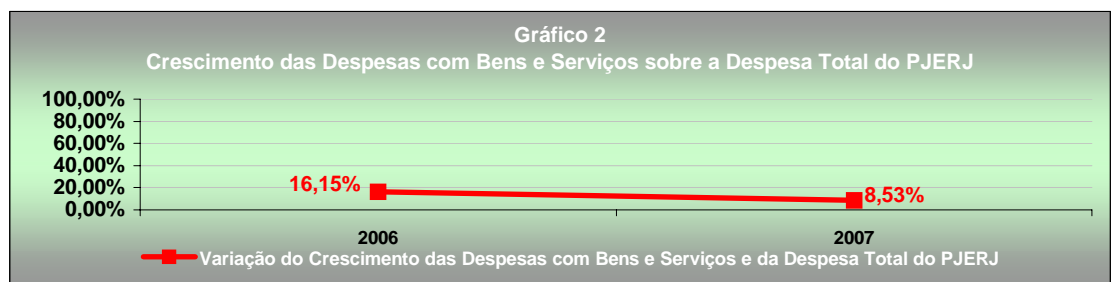
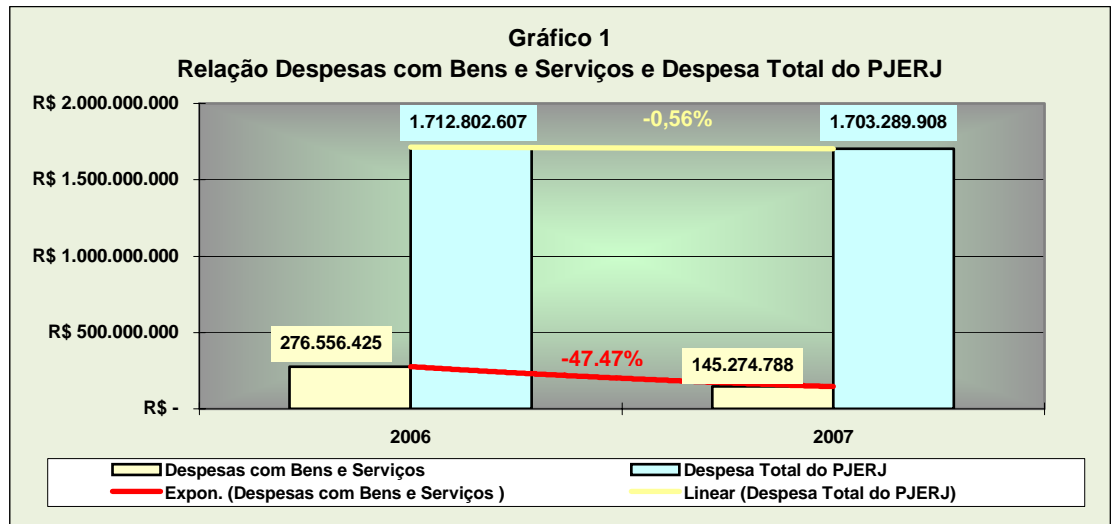
Fonte: SIAFEM-RJ

FÓRMULA DO INDICADOR

Valores do custeio e capital subtraídos os valores gastos com terceirizados, estagiários, diárias e outros benefícios (auxílio-funeral, auxílio-creche, passagem aérea, etc)

FINALIDADE DO INDICADOR

Demonstrar a extensão da despesa com bens e serviços do PJERJ em razão das despesas totais



RESULTADO DO INDICADOR: A relação da Despesa com Bens e Serviços sobre a Despesa Total do PJERJ foi de 8,53% em 2007 (gráfico 2). **META:** não há.

ANÁLISE DE DADOS: A relação entre a Despesa com bens e serviços sobre a Despesa Total do PJERJ diminuiu em 2007 (8,53%) em relação a 2006 (16,15%). Colaborou para este resultado a redução em 47,47% da Despesa com bens e serviços do PJERJ de 2006 a 2007 e da Despesa Total do PJERJ em 0,56% de um ano para outro. No entanto, vale mencionar que a redução significativa de 47,47% verificada em bens e serviços, como apresentada nos gráficos 1 e 2, é decorrente da mudança da metodologia dos cálculos do indicador em 2007 com o fito de realizar uma depuração mais precisa. Face ao exposto, podemos interpretar o resultado da comparação do PJERJ com os outros Tribunais, com as devidas reservas, em especial, onde se verifica no gráfico acima que o PJERJ é o que possui um dos menores percentuais deste indicador, tendo obtido o melhor desempenho dos últimos três anos.

AÇÕES GERENCIAIS: Acompanhar o crescimento da despesa com bens e serviços.

Ratificado pelo DECON.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Unidade Organizacional:
DGPCF

Proposto por: RD da
DGPCF

Aprovado por: Diretor-
Geral da DGPCF

Período:
Janeiro a
dezembro de
2007

Emissão:
31/03/08

3.2 Indicadores e Análise de Dados dos Departamentos da DGPCF (2º Nível)

3.2.1 Calcular Impacto Orçamentário-Financeiro – Departamento de Planejamento e Orçamento

INDICADOR

Impacto
Financeiro de
Despesa Futura

PERIODICIDADE DE MEDIÇÃO:

Mensal

Fonte:

SIAFEM-RJ e
SOF

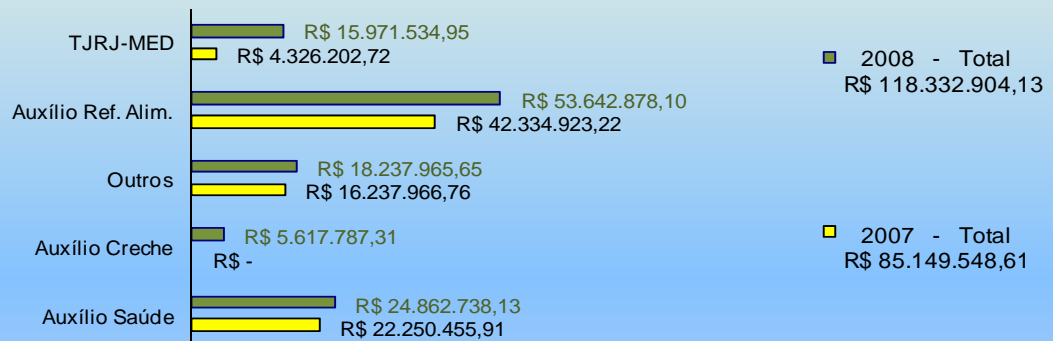
FÓRMULA DO INDICADOR

(Despesa
prevista/Recursos
da fonte de
receita/ano)

FINALIDADE DO INDICADOR

Demonstrar a
viabilidade de
projetos

Despesas relativas à Fonte 99



Impacto Orçamentário-Financeiro das Despesas em relação às Receitas - Fonte 99




RESULTADO DO INDICADOR: Previsão de 76,43% de despesas (auxílios e outros) em 2008 sobre recursos da Fonte 99 – Convênio com Instituições Financeiras.

META : Total das despesas inferior a 95% do total dos recursos da fonte 99 estimados para receita.

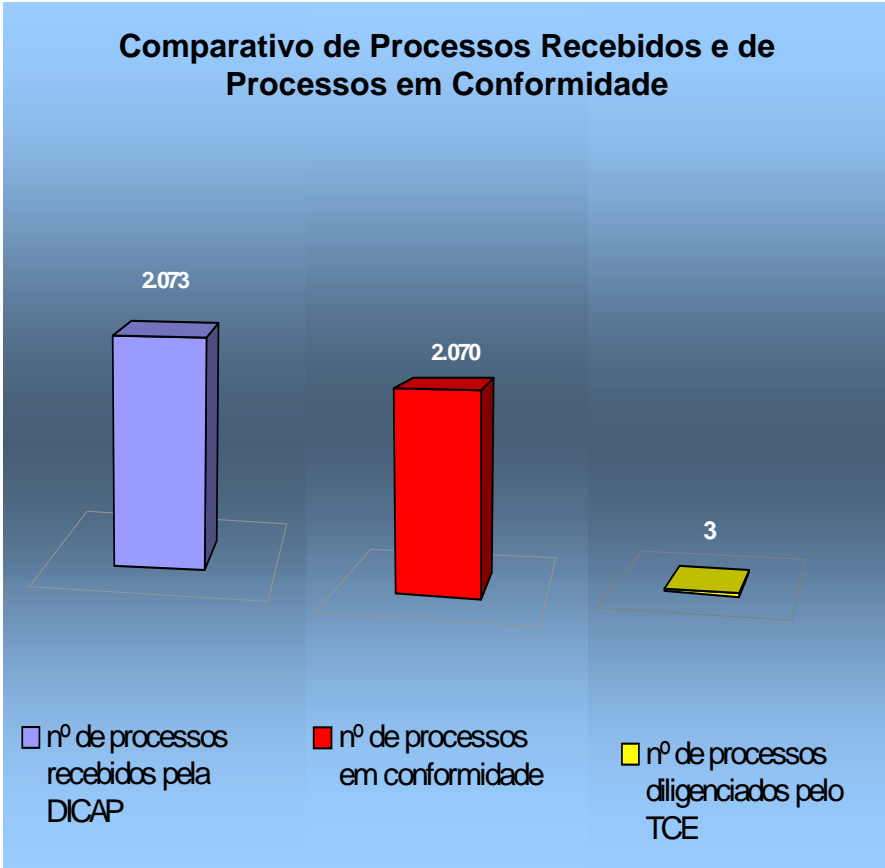
ANÁLISE DE DADOS: O total das despesas previstas para 2008 é 39% maior que o utilizado em 2007 e 15,7% a mais que o total de recursos repassados em 2007. Isto se deve em parte pela transferência do auxílio creche da fonte 10 para 99, a partir de 2008, que elevará em 5% o total das despesas estimadas em 2008 e pelo cômputo integral em 2008 dos valores do TJRJ-MED, já que sua contagem em 2007 se deu a partir de setembro.

AÇÕES GERENCIAIS: Em 28/12/2007, foi divulgado o resultado do certame entre os bancos interessados em administrar os depósitos judiciais deste E. Tribunal, sagrando-se vencedor o Bradesco S.A. para os próximos 2 anos. Monitorar a execução do Convênio com a Instituição Financeira vencedora.

Ratificado pelo DEPLO

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS			
	Unidade Organizacional: DGPCF	Proposto por: RD da DGPCF	Aprovado por: Diretor-Geral da DGPCF	Período: Janeiro a dezembro de 2007

3.2.2 Ordenar Despesas – Divisão de Coordenação e Análise Processual

<p><u>INDICADOR</u></p> <p>Conformidades nos processos de ordenação de despesas</p> <p><u>PERIODICIDADE DE MEDIÇÃO:</u></p> <p>Semestral</p> <p>Fonte:</p> <p>Planilha Excel</p>	
<p><u>FÓRMULA DO INDICADOR</u></p> <p>Somatório de diligências efetuadas pelo TCE-RJ no período/Somatório de processos recebidos pela DICAP nos quais foram feitas as análises e instrução X 100</p>	
<p><u>FINALIDADE DO INDICADOR</u></p> <p>Aperfeiçoamento do processo de trabalho</p>	
<p>RESULTADO DO INDICADOR: O índice de conformidade no processo de ordenação de despesas atingido no ano de 2007 foi de 99,9% dos processos recebidos e com ordenação de despesas autorizada. Houve uma única diligência externa no primeiro semestre e duas no segundo (0,14%).</p> <p>META : Atingir 100% da análise, instrução e ordenação das despesas sem diligência externa.</p> <p>ANÁLISE DE DADOS: Durante o primeiro semestre de utilização do indicador, recebemos uma única diligência do TCE-RJ referente a "adicional por tempo de serviço", devidamente respondida e cumprida. No segundo semestre, recebemos duas diligências com determinações semelhantes, referentes à "ratificação de inexigibilidade de licitação" devidamente respondidas e cumpridas.</p> <p>AÇÕES GERENCIAIS: A DICAP, esclarece que todos os processos recebidos em data posterior às referidas diligências seguiram o entendimento do TCE-RJ. Com o aprimoramento da instrução e da análise processual buscou-se dar maior celeridade aos processos com vistas à ordenação da despesa com maior segurança, obedecendo ao princípio da legalidade.</p>	
<p>Ratificado pela DICAP.</p>	



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Unidade Organizacional:
DGPCF

Proposto por: RD da
DGPCF

Aprovado por: Diretor-
Geral da DGPCF

Período:
Janeiro a
dezembro de
2007

Emissão:
31/03/08

3.2.3 Efetuar Pagamentos – Departamento Financeiro

INDICADOR

% de pagamentos de processos de fatura (FETJ) efetuados no vencimento

PERIODICIDADE DE MEDIÇÃO:

Mensal

Fonte:

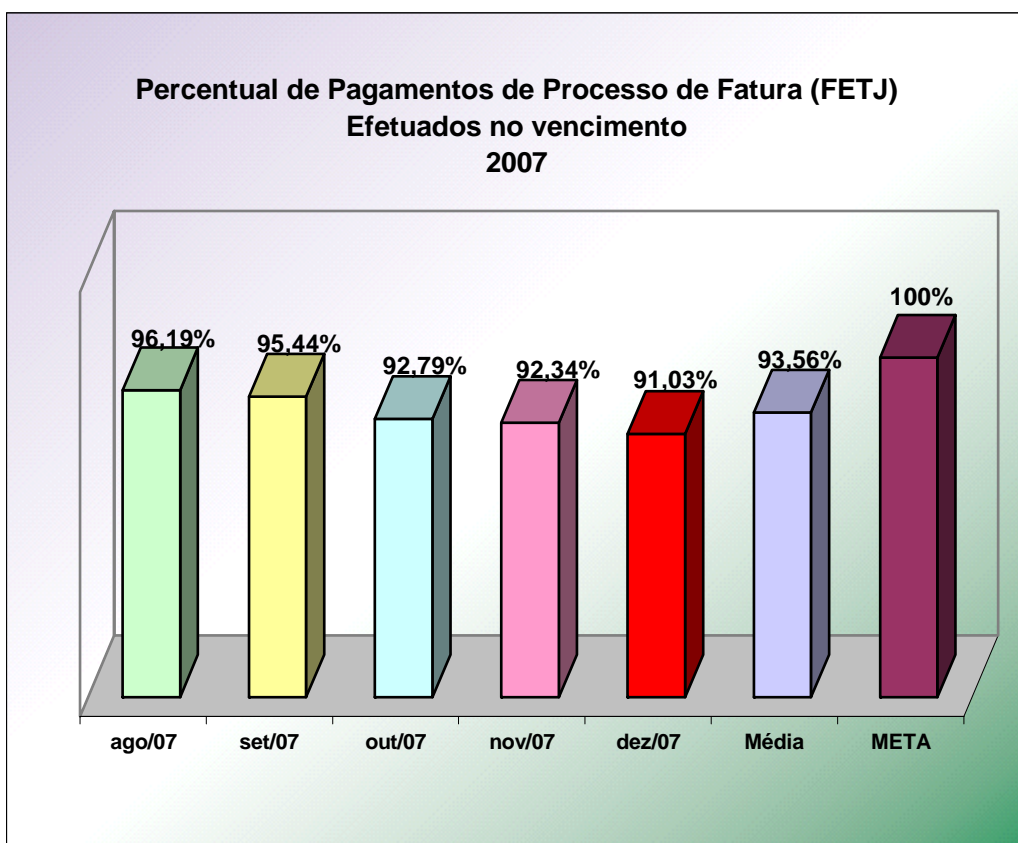
Sistema SOF

FÓRMULA DO INDICADOR

Somatório de pagamentos de faturas (FETJ) efetuados no vencimento/Somatório de pagamentos de faturas (FETJ) efetuados no mês X 100

FINALIDADE DO INDICADOR

Medir o grau de eficiência no pagamento das faturas dentro do vencimento das obrigações.



RESULTADO DO INDICADOR: A média no período de agosto a dezembro foi de 93,55% dos pagamentos efetuados pelo Tribunal de Justiça aos fornecedores no vencimento.

META : Efetuar o pagamento de 100% das faturas no vencimento.

ANÁLISE DE DADOS: Durante os primeiros meses de utilização do indicador, verificamos um decréscimo de pagamentos efetuados no vencimento, passando de 96,19% para 95,44%, 92,79%, 92,34%, e depois para 91,03% de percentuais de processos pagos em dia.

AÇÕES GERENCIAIS: O DEFIN, preliminarmente, verificará se os atrasos ocorrem em suas divisões, em caso negativo, solicitará ao Diretor-Geral da DGPCF que envie ofício circular a demais Diretorias Gerais, solicitando a agilização nos procedimentos que antecedem a liquidação e pagamento das faturas.

Ratificado pelo DEFIN.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Unidade Organizacional:
DGPCF

Proposto por: RD da
DGPCF

Aprovado por: Diretor-
Geral da DGPCF

Período:
Janeiro a
dezembro de
2007

Emissão:
31/03/08

3.2.4 Acompanhar as Despesas de Pessoal – Departamento Financeiro

INDICADOR

Evolução da Despesa com efetivo (magistrados, juizes leigos e servidores)

PERIODICIDADE DE MEDIÇÃO: Mensal

Fonte:

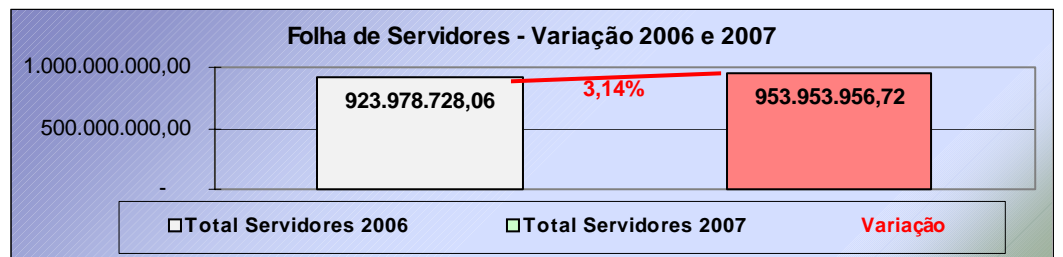
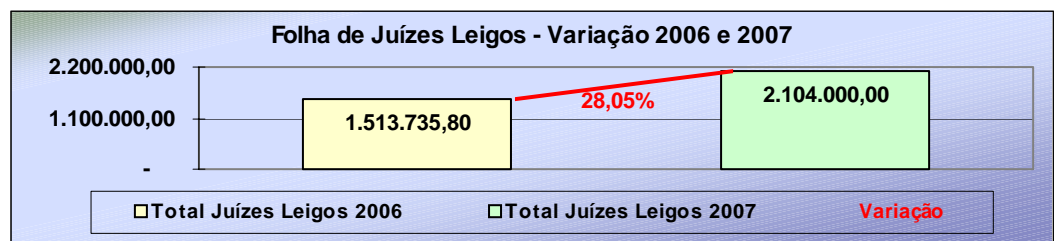
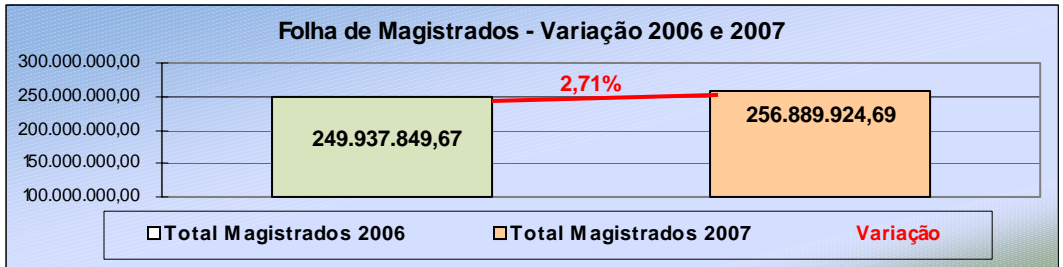
Sistema SOF/SIGAF

FÓRMULA DO INDICADOR

Despesa com efetivo (magistrados, juizes leigos e servidores), excluindo inativos, terceirizados (fonte 00) e exercícios anteriores)

FINALIDADE DO INDICADOR

Acompanhar a despesa com pessoal do PJERJ



RESULTADO DO INDICADOR: Variações em despesa de pessoal efetivo de dezembro de 2006 a dezembro de 2007: 2,71% nas Folhas de magistrados, 28,05% em juizes leigos e 3,14% em folha de servidores.

META : não há

ANÁLISE DE DADOS: Na folha de magistrados, podemos destacar que em janeiro/2006 houve aumento de 13,95%, concedido por meio da Lei Federal 11143/2005. Em julho, agosto, novembro e dezembro/06, observou-se maior incidência de magistrados em férias. Em fevereiro de 2007, houve o ingresso de 24 juizes substitutos, com posse a contar de 23/01/07.

No que se refere à folha de juizes leigos, houve variação ao longo do período em razão do aumento gradativo no quantitativo destes agentes, passando de 119 em janeiro/06 a 147 em dezembro/2007.

Na folha de servidores, podemos observar os seguintes eventos: Em junho de 2006, houve impacto maior com relação ao nº de servidores usufruindo férias em julho/06, em setembro/06 aumento de 4,5% concedido por meio da Lei 4847/2006, a contar de 01/05/06; outubro e novembro/06 – pagas as 1ª e 2ª parcelas da diferença do aumento de 4,5%; em dezembro/06, paga a 3ª parcela do aumento de 4,5% e maior incidência de servidores com férias a usufruir em janeiro/07 e, por fim, em junho/07 aumento no nº de servidores com férias a usufruir em julho/07. Em dezembro/07, houve o pagamento do 13º salário aos servidores.

AÇÕES GERENCIAIS: Continuar monitorando a despesa de pessoal.

Ratificado pelo DEFIN.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Unidade Organizacional:
DGPCF

Proposto por: RD da
DGPCF

Aprovado por: Diretor-
Geral da DGPCF

Período:
Janeiro a
dezembro de
2007

Emissão:
31/03/08

3.2.5 Contabilizar Atos e Fatos Administrativos – Departamento Contábil

INDICADOR

Valor total da receita realizada do FETJ

PERIODICIDADE DE MEDIÇÃO:

Trimestral

Fonte: SIAFEM

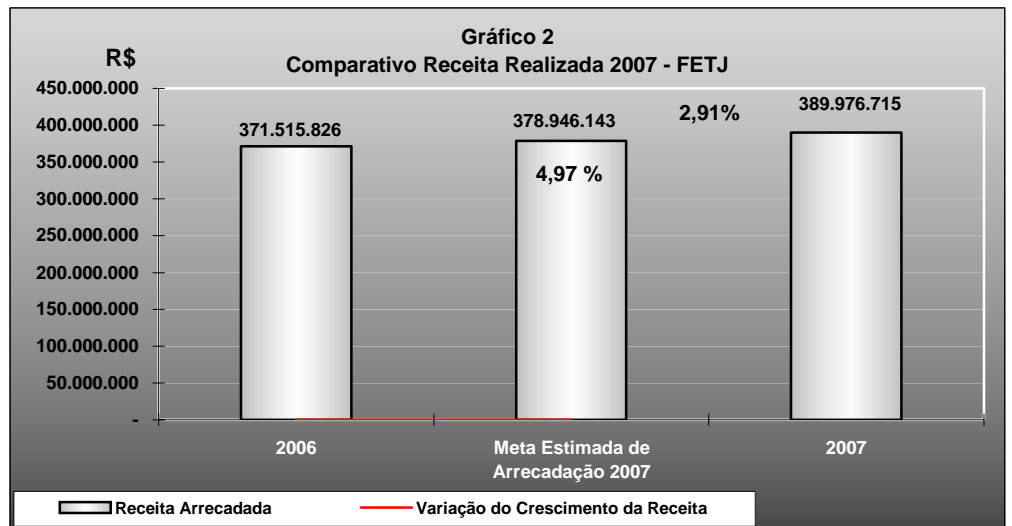
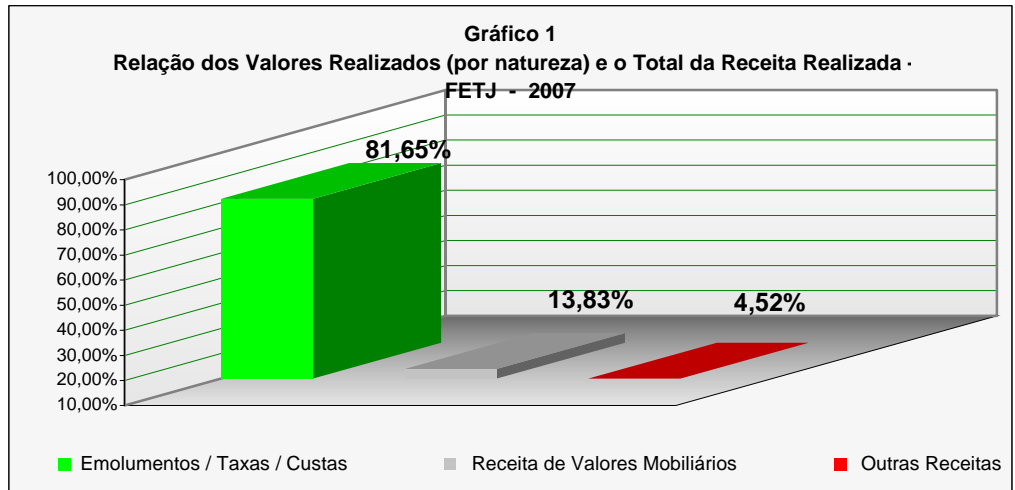
FÓRMULA DO INDICADOR:

Somatório (valores arrecadados por natureza)/(total arrecadado) x100

FINALIDADE DO INDICADOR:

Monitorar as receitas que ingressam no FETJ

RESULTADO DO INDICADOR: A receita realizada em 2007 ultrapassou em 2,91% a meta anual projetada de arrecadação neste ano e foi superior em 4,97% em relação à receita realizada em 2006



META: Incrementar em até 2% sobre o valor total das receitas do FETJ auferidas em 2006, correspondendo ao final de 2007 o total arrecadado de R\$ 378.946.142,52.

ANÁLISE DE DADOS: Observamos que, de janeiro a dezembro de 2007, o total da receita arrecadada relativa ao ingresso de recursos somente do FETJ foi superior em 4,97% em relação à receita arrecadada até dezembro de 2006 (gráfico 2), destacando-se, a receita oriunda do recolhimento das taxas, custas judiciais e emolumentos que representou, cumulativamente, 81,65% do total das receitas arrecadadas (gráfico 1). As relativas às receitas de valores mobiliários representaram 13,83% e outras receitas equivaleram a 4,52% (gráfico 1). O total da receita realizada até dezembro de 2007 indica que a meta foi ultrapassada em 2,91%(gráfico 2).

AÇÕES GERENCIAIS: Monitoramento da receita realizada.

Ratificado pelo DECON.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Unidade Organizacional:
DGPCF

Proposto por: RD da
DGPCF

Aprovado por: Diretor-
Geral da DGPCF

Período:
Janeiro a
dezembro de
2007

Emissão:
31/03/08

INDICADOR

Total da Despesa
do FETJ

**PERIODICIDADE
DE MEDIÇÃO:**
trimestral

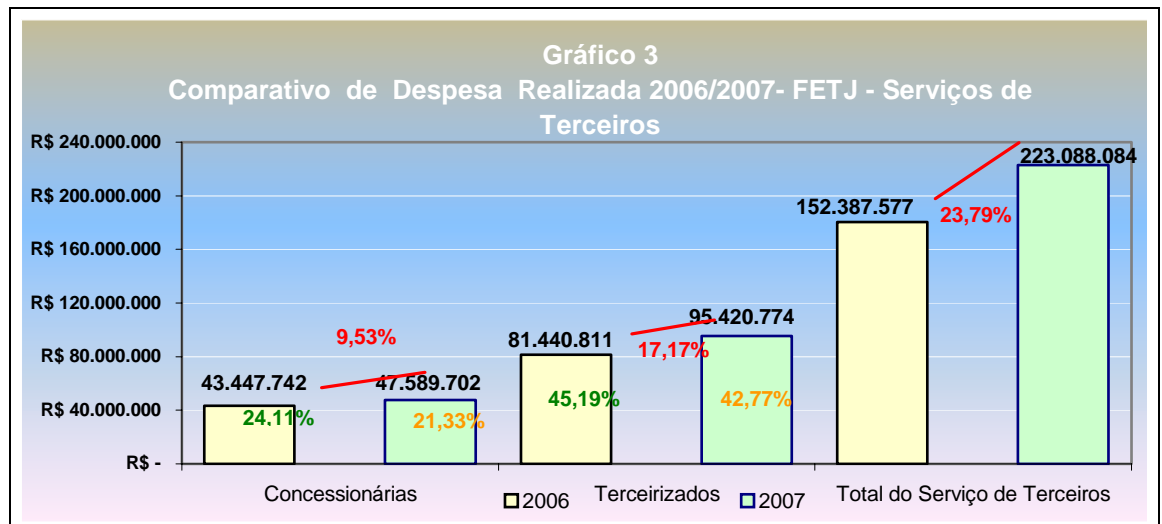
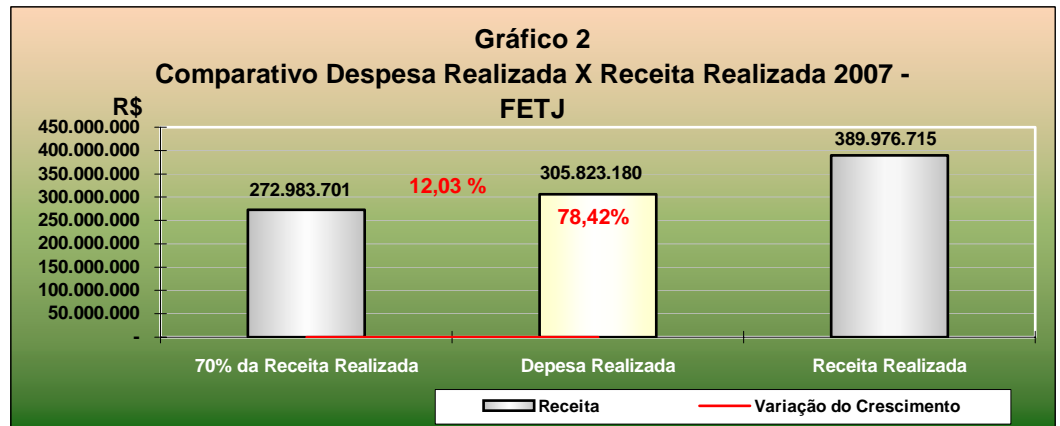
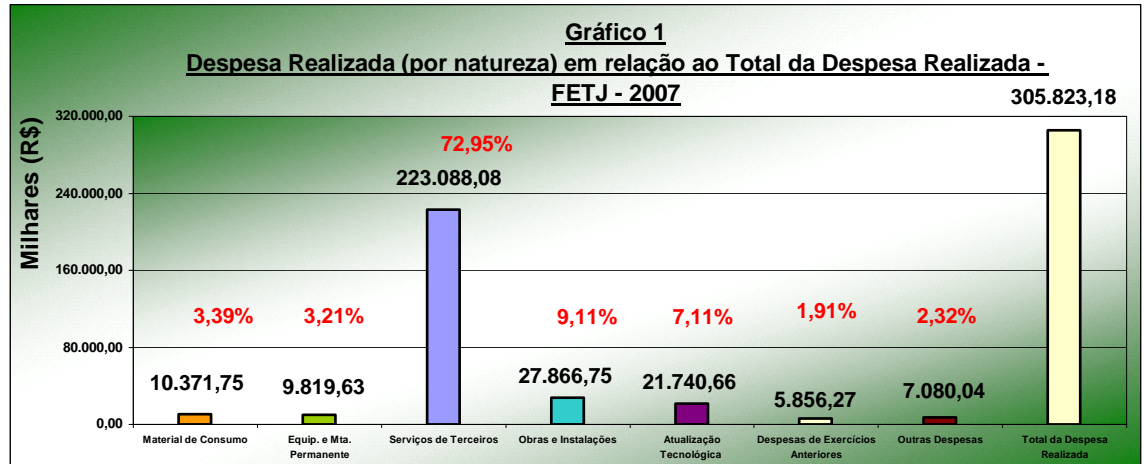
Fonte:
SIAFEM/SOF

FÓRMULA DO INDICADOR:

Somatório (da
despesa
realizada do
FETJ, por
natureza)/Total
de receita
realizada do
FETJ) x 100

FINALIDADE DO INDICADOR:


Monitorar a
evolução das
despesas por
natureza do
PJERJ realizadas
pelo FETJ



RESULTADO DO INDICADOR: De janeiro a dezembro/07, a despesa realizada do FETJ atingiu 78,42% em relação à receita realizada do FETJ.

META: Limitar os gastos do FETJ em até 70% da receita realizada do FETJ.

ANÁLISE DE DADOS: A meta foi ultrapassada em 10,74%, ou seja, foram realizados 78,42% das despesas em relação às receitas auferidas cumulativamente até dezembro de 2007 (gráfico 2). A meta não

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS			
	Unidade Organizacional: DGPCF	Proposto por: RD da DGPCF	Aprovado por: Diretor- Geral da DGPCF	Período: Janeiro a dezembro de 2007

foi alcançada, devido ao impacto percebido nos gastos com custeio, em especial, serviços de terceiros (gráfico 1). As despesas com serviços de terceiros representam 72,95% das despesas realizadas do FETJ, sendo que destes, 21,33% é relativo à despesa com concessionárias de serviços públicos e 42,77% é relativo a despesas com terceirização (gráfico 3). De 2006 a 2007 a despesa com concessionárias acresceu 9,53% e a com terceirizados 17,17% (gráfico 3). A variação positiva registrada em despesas com serviços de terceiros retrata os custos decorrente da expansão do PJERJ, ou seja, os investimentos crescentes dos últimos anos. De acordo com relatórios extraídos dos sistemas da DGPCF, verificam-se aumentos mais significativos em despesas no período 2006/2007 nas seguintes prestadoras: Ampla Energia e Serviços S.A., CEDAE, e Light – Serviços de Eletricidade S/A. Já nos contratos de terceirização assinalam-se maiores aumentos em despesas das seguintes empresas: Consoft Consultoria e Sistemas Ltda, GPC Engenharia e Nova Rio Serviços Gerais. Os dissídios aplicados em 2007 nos contratos de terceirização variaram em média 5,69%, já o IPCA no período variou em média 4,46%.

AÇÕES GERENCIAIS: Monitoramento das despesas realizadas do FETJ.

Ratificado pelo DECON.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Unidade Organizacional:
DGPCF

Proposto por: RD da
DGPCF

Aprovado por: Diretor-
Geral da DGPCF

Período:
Janeiro a
dezembro de
2007

Emissão:
31/03/08

INDICADOR:

Total da Despesa de
Pessoal Ativo do PJERJ
do terceiro
quadrimestre/07

PERIODICIDADE DE MEDIÇÃO:

Quadrimestral

Fonte: SIAFEM

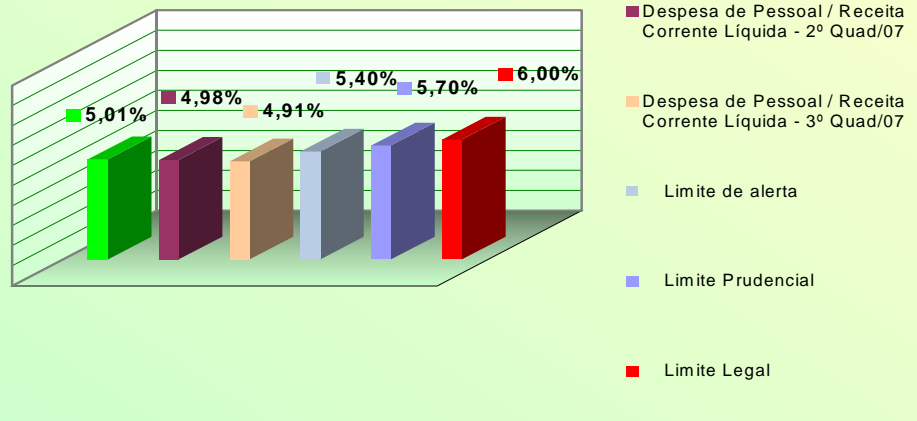
FÓRMULA DO INDICADOR:

(Despesa com Pessoal
Ativo/Receita Corrente
Líquida do Estado) x 100

FINALIDADE DO INDICADOR

Monitorar a evolução da
despesa com pessoal
ativo (quadro
permanente) para fins de
cumprimento da LRF

Relação da Despesa de Pessoal Ativo sobre a RCL



RESULTADO DO INDICADOR: No 3º quadrimestre de 2007 a despesa de pessoal ativo representou 4,91% da Receita Corrente Líquida do Estado.

META: cumprir os limites de alerta (5,40%), legal (5,70%) e prudencial (6%), com fundamento na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

ANÁLISE DE DADOS: No primeiro quadrimestre de 2007, a despesa de pessoal ativo manteve-se em 5,01%, no segundo quadrimestre de 2007 declinou para 4,98%, e no terceiro quadrimestre deste ano fechou em 4,91%, continuando a se manter abaixo dos limites de alerta, legal e prudencial. Com a política de pessoal estabelecida pela Administração Superior, o PJERJ tem se mantido abaixo dos limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

AÇÕES GERENCIAIS: Continuar monitoramento das despesas com pessoal e emitir relatórios periódicos à Administração Superior.

Ratificado pelo DECON.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Unidade Organizacional:
DGPCF

Proposto por: RD da
DGPCF

Aprovado por: Diretor-
Geral da DGPCF

Período:
Janeiro a
dezembro de
2007

Emissão:
31/03/08

3.2.6 Acompanhar e Avaliar Custos – Divisão de Acompanhamento e Controle de Custos

INDICADOR

Custo Operacional - custo da atividade judiciária da Justiça Estadual por processo

PERIODICIDADE DE MEDIÇÃO:

Quadrimestral

Fonte: DIACC/Sistema RAC

FÓRMULA DO INDICADOR

Total do custo do PJERJ/nº de processos distribuídos no quadrimestre

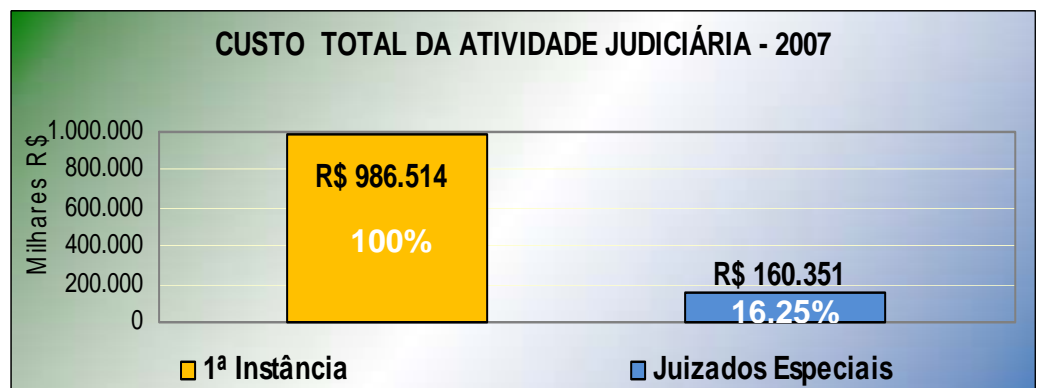
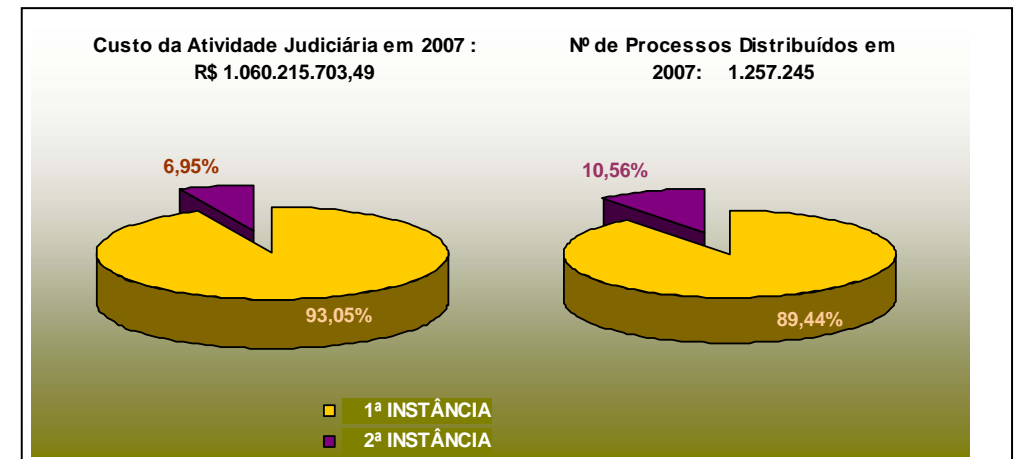
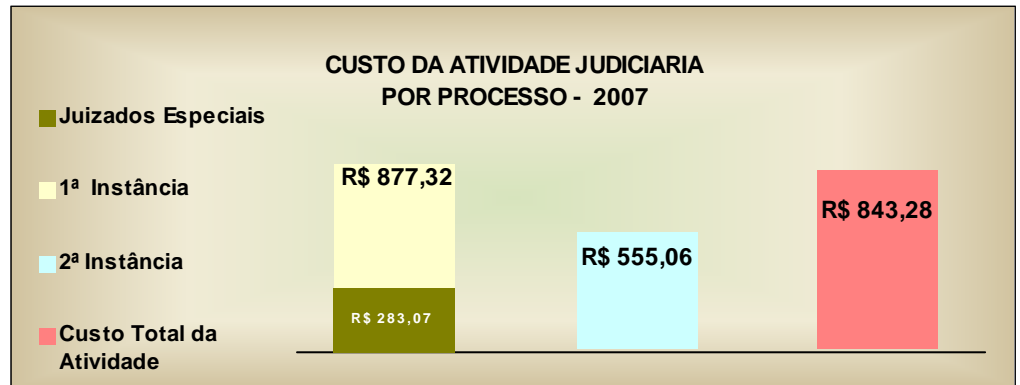
FINALIDADE DO INDICADOR

Verificar a adequação das despesas às necessidades do PJERJ, visando à prestação jurisdicional.

RESULTADO DO INDICADOR:

O custo anual da atividade judiciária por processo foi de R\$ 843,28 em 2007.

META: não há



ANÁLISE DE DADOS: O custo anual por processo da 1ª Instância é de R\$ 877,32, haja vista que representa 93,05% do custo da atividade judiciária e 89,44% do nº de processos distribuídos em 2007. O custo anual por processo da 2ª Instância é de R\$ 555,06, sendo 6,95% do custo total da atividade judiciária e 10,56% de toda a movimentação processual em 2007. Quanto aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais o custo anual por processo é de R\$ 283,07, 32,27% do custo anual por processo da 1ª Instância. Cabe mencionar que em relação à 1ª Instância o nº de processos dos Juizados é 566.471, que representa 50,38% do total, enquanto o custo total da atividade judiciária dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais representa 16,25% do total da 1ª Instância.

AÇÕES GERENCIAIS: Divulgar o relatório de Acompanhamento de Custos mensalmente na Internet e quadrimestralmente no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Ratificado pela DIACC.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Unidade Organizacional:
DGPCF

Proposto por: RD da
DGPCF

Aprovado por: Diretor-
Geral da DGPCF

Período:
Janeiro a
dezembro de
2007

Emissão:
31/03/08

INDICADOR

Custo Operacional -
custo da atividade
judiciária da Justiça
Estadual por habitante

PERIODICIDADE DE MEDIÇÃO:

Quadrimestral

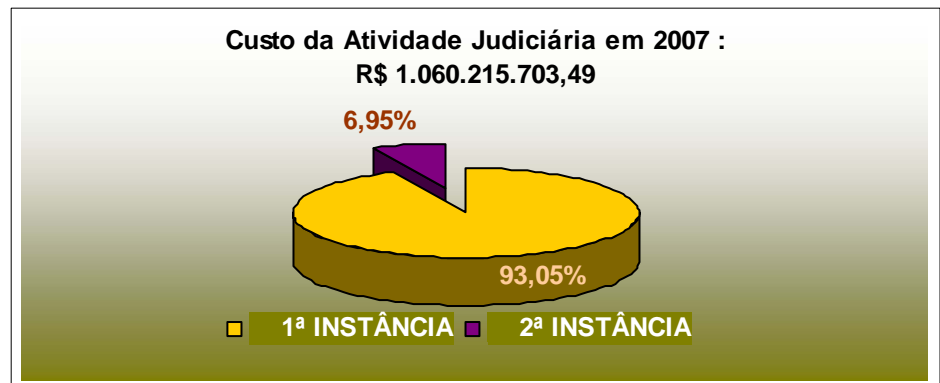
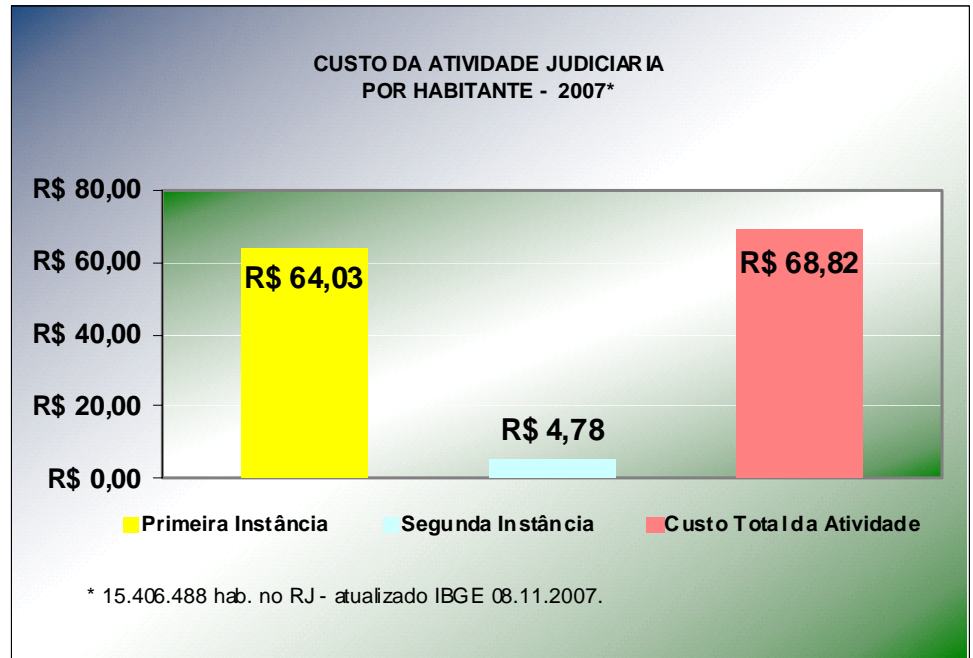
Fonte: DIACC/Sistema
RAC

FÓRMULA DO INDICADOR

Total do custo do PJERJ/
nº de habitantes no
quadrimestre

FINALIDADE DO INDICADOR

Medir o custo da Justiça
Estadual por habitante



RESULTADO DO INDICADOR: O custo anual da prestação jurisdicional por habitante foi de R\$ 68,82 em 2007.

META: não há.

ANÁLISE DE DADOS: O custo total na Primeira Instância por habitante foi de R\$ 64,03 e o custo total por habitante da Segunda Instância foi de R\$ 4,78 em 2007, justificado pelo custo propriamente dito da Primeira Instância que representa 93,05% do custo total.

AÇÕES GERENCIAIS: Divulgar o relatório de Acompanhamento de Custos mensalmente na Internet e quadrimestralmente no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Ratificado pela DIACC.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Unidade Organizacional:
DGPCF

Proposto por: RD da
DGPCF

Aprovado por: Diretor-
Geral da DGPCF

Período:
Janeiro a
dezembro de
2007

Emissão:
31/03/08

INDICADOR

Custo Operacional –
custo da atividade
judiciária da justiça
estadual por
serventia

PERIODICIDADE DE MEDICÃO:

Quadrimestral

Fonte:

DIACC/Sistema RAC

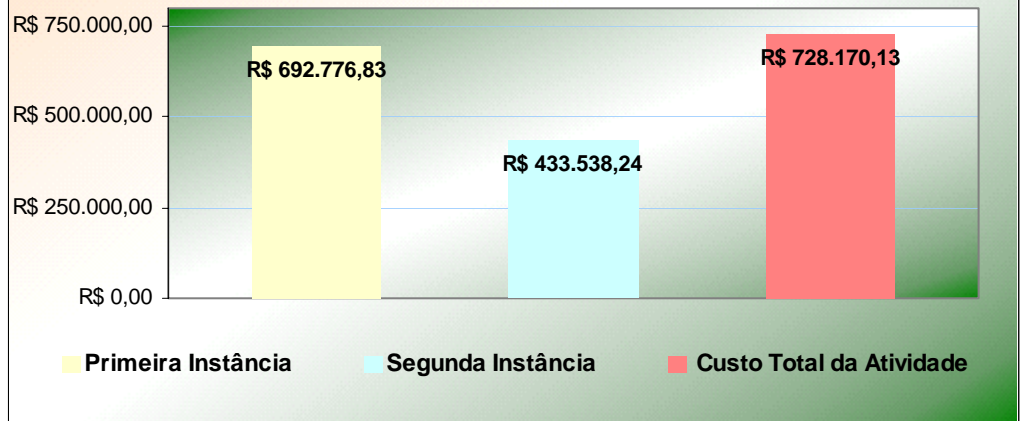
FÓRMULA DO INDICADOR

Total do custo do
PJRJ/nº de
serventias no
quadrimestre

FINALIDADE DO INDICADOR

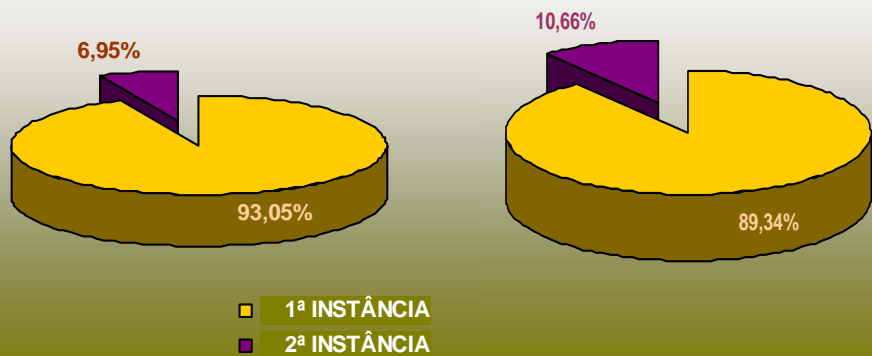
Verificar a adequação
das despesas às
necessidades do
PJRJ, visando à
prestação
jurisdicional

CUSTO DA ATIVIDADE JUDICIARIA POR SERVENTIA - 2007



Custo da Atividade Judiciária em
2007:
R\$ 1.060.215.703,49

Nº de Serventias:
1.594




RESULTADO DO INDICADOR: O Custo anual da prestação jurisdicional por serventia foi de R\$ 728.170,13 em 2007.

META: não há.

ANÁLISE DE DADOS: O custo anual por serventia da Primeira Instância foi de R\$ 692.776,83 e o custo anual por serventia da Segunda Instância foi de R\$ 433.538,24, demonstrando assim que o custo é absorvido de forma equilibrada em virtude do quantitativo de serventias (170 serventias na 2ª Instância, representadas pelo nº de desembargadores e 1.424 serventias na 1ª Instância em 2007).

AÇÕES GERENCIAIS: Divulgar o relatório de Acompanhamento de Custos mensalmente na Internet e quadrimestralmente no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Ratificado pela DIACC.

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS			
	Unidade Organizacional: DGPCF	Proposto por: RD da DGPCF	Aprovado por: Diretor- Geral da DGPCF	Período: Janeiro a dezembro de 2007

4 GESTÃO DOS RECURSOS (*)

4.1 Situação do Quadro de Pessoal

- Quadro de Pessoal (em 31 de dezembro de 2007)

Unidade	Servidor	Estagiário	Terceirizado	Total Geral
Gabinete	04	-	03	07
Assessoria Técnica e Jurídica	02	-	03	05
Departamento de Gestão da Arrecadação	23	-	39	62
Departamento de Planejamento e Orçamento	17	-	04	21
Departamento Contábil	15	-	04	19
Departamento Financeiro	37	-	29	66
Total	98	-	82	180

- Capacitação

Durante este ano além dos cursos regulares disponíveis na ESAJ, os servidores foram capacitados em Curso Prático de Planejamento, Orçamento e Gestão Financeira e Contábil na IESAP – Instituto Escola Superior de Aperfeiçoamento Profissional.

4.2 Situação dos Recursos de Tecnologia da Informação

- **Sistemas** – Satisfatórios em parte, aguardando a implementação do sistema PAG e o módulo de gerência do RAC.

- **Equipamentos** – adequados


4.3 Situação dos Demais Recursos de Infra-estrutura

- **Instalações** - satisfatórias

- **Materiais de Consumo** - satisfatórios

- **Materiais Permanentes** - satisfatórios

- **Segurança** – satisfatória

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS			
	Unidade Organizacional: DGPCF	Proposto por: RD da DGPCF	Aprovado por: Diretor- Geral da DGPCF	Período: Janeiro a dezembro de 2007
			Emissão: 31/03/08	

4.4 Documentação e Informação (RAD e Registro)

RAD a elaborar: A Divisão de Acompanhamento das Despesas de Pessoal do Poder Judiciário (DIPJU/DEFIN) já possui os processos de trabalhos mapeados faltando elaborar as Rad.


RAD em elaboração: A DIPJU/DEFIN está elaborando a sua RAD.

RAD Revisadas:

RAD DGPCF 016 – rev 04 – Gerir o Departamento de Gestão de Arrecadação,
 RAD DGPCF 017 – rev 05 – Realizar o Controle da Arrecadação,
 RAD DGPCF 018 – rev 05 – Realizar o processamento administrativo-fiscal,
 RAD DGPCF 019 – rev 06 – Realizar a cobrança administrativa,
 RAD DGPCF 020 – rev 06 – Gerenciar informações e dados da arrecadação e prestar apoio ao departamento,
 RAD DGPCF 021 – rev 04 – Tratamento de produtos não-conformes no DEGAR,
 RAD DGPCF 022 – rev 01 – Conferir processos de pagamentos,
 RAD DGPCF 023 – rev 01 – Liquidar despesas,
 RAD DGPCF 024 – rev 01 – Preparar processos de recolhimento de tributos,
 RAD DGPCF 025 – rev 01 – Emitir nota de autorização de despesa, conferir e liberar nota de empenho,
 RAD DGPCF 028 – rev 01 – Transferir valores em moeda estrangeira,
 RAD DGPCF 029 – rev 01 – Acautelar valores,
 RAD DGPCF 031 – rev 01 – Efetuar Pagamentos,
 RAD DGPCF 034 – rev 01 – Administrar a execução financeira do contrato do Banco Banerj/Itaú,
 RAD DGPCF 036 – rev 01 – Preparar autorização para alteração contratual sem ordenação de despesa,
 RAD DGPCF 038 – rev 01 – Preparar ordenação de despesas,
 RAD DGPCF 039 – rev 01 – Preparar ordenação de despesa decorrente de procedimentos licitatórios,
 RAD DGPCF 041 – rev 01 – Elaborar relatórios de acompanhamento de custos,
 RAD DGPCF 046 – rev 01 – Elaborar Projeto de Plano Plurianual,
 RAD DGPCF 047 – rev 01 – Calcular o impacto orçamentário e financeiro nos Projetos,
 RAD DGPCF 054 – rev 02 - Gerenciar o Plano de Ação Governamental

4.5 Situação dos Contratos Fiscalizados pelas Unidades

O contrato de apoio administrativo é fiscalizado pela DGLOG.

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS			
	Unidade Organizacional: DGPCF	Proposto por: RD da DGPCF	Aprovado por: Diretor- Geral da DGPCF	Período: Janeiro a dezembro de 2007

4.6 Atividades Complementares


A Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças, cuja atribuição precípua é a de ordenadora de despesas, delegada pelo Ato Executivo nº 477/07, tem como suporte de gestão a elaboração e análise de diversos relatórios emitidos por seus Departamentos que retratam o panorama financeiro e orçamentário do PJERJ. Destes, podemos extrair os alguns exemplos:

O Departamento Financeiro em conjunto com a DGTEC elaborou em agosto de 2007 o relatório financeiro de processos pagos em atraso, gerado pelo sistema SIGAF/SOF, com o objetivo de ser um instrumento de controle da regularidade nos prazos de pagamento do TJERJ aos fornecedores.

O Departamento de Gestão da Arrecadação, unidade que obteve a certificação ISO 9001:2000 desde 10/01/2006, elabora o Relatório Gerencial de Arrecadação, o acompanhamento da evolução da arrecadação x despesa do FETJ, o comparativo da arrecadação dos convênios da Dívida Ativa, o comparativo da arrecadação dos cartórios de Protesto de Títulos do Município do Rio de Janeiro, a projeção da arrecadação para elaboração do orçamento do Poder Judiciário, a elaboração de análises da arrecadação encaminhadas ao Gerente do FETJ, dentre outros. Vale ressaltar que é realizada periodicamente pesquisa de satisfação do usuário e de opinião do usuário, com resultados que revelam um ótimo padrão de desempenho.

O Departamento de Planejamento e Orçamento, por iniciativa da Divisão de Acompanhamento e Controle de Custos, vem promovendo com o apoio da DGTEC melhorias contínuas no Relatório de Acompanhamento de Custos, que demonstra o quantitativo total das despesas de custeio do PJERJ por unidade de custo (administrativa ou judicial), tendo sido elaborado recentemente o relatório de custos dos Juizados Especiais, cuja versão está disponível na página da DGPCF.

Outrossim, o Departamento de Planejamento e Orçamento, por meio da Divisão de Planejamento e Gestão, realiza a publicação quadrimestral do Relatório de Execução do Plano de Ação Governamental, com as devidas alterações ocorridas no período e realiza

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS			
	Unidade Organizacional: DGPCF	Proposto por: RD da DGPCF	Aprovado por: Diretor- Geral da DGPCF	Período: Janeiro a dezembro de 2007


estudos para o impacto orçamentário-financeiro de despesas do PJERJ, tais como aquelas referentes aos auxílios saúde, alimentação, creche, TJRJ-MED, e outros impactos. Outra Divisão deste Departamento, a de Gestão Orçamentária, elabora a proposta orçamentária anual, projeto de plano plurianual e quadro das receitas e despesas orçamentárias.

O Departamento Contábil auxilia na avaliação do resultado da gestão administrativo-financeira do PJERJ, cujos indicadores são extraídos dos Balanços Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e da Demonstração das Variações Patrimoniais, podendo-se medir o grau de realização da receita e despesa, o grau de liquidez, mediante a correlação entre os bens, créditos, valores realizáveis frente aos compromissos assumidos com terceiros, a situação de superávit ou déficit e o resultado econômico da gestão. Visando ampliar o universo de informações necessárias à gestão, foi elaborado um novo relatório que consolida todas as contas do PJERJ. Outrossim, não se pode olvidar a elaboração do relatório de gestão fiscal, que indica o comprometimento da despesa de pessoal ativo do PJERJ em relação à Receita Corrente Líquida do Estado do Rio de Janeiro, em cumprimento ao art. 20, inciso II, b, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ano, a Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças iniciou ações no sentido de racionalizar as despesas e expandir as fontes de recursos. Coube à DGPCF estimular as unidades organizacionais do Poder Judiciário deste Estado a atingir o equilíbrio do binômio receitas e despesas, foco da Administração Superior.

Visando ao atingimento do objetivo estratégico “ampliar as receitas e reduzir as despesas do PJERJ”, foram realizadas reuniões com o intuito de motivar a apresentação de sugestões oriundas das unidades gestoras da Administração, resultando em projetos de racionalização de despesas e incremento de recursos classificados em curto, médio e longo prazo. Por conseguinte, a DGPCF atuou no acompanhamento das despesas do PJERJ, de modo que se possa verificar os resultados advindos da implementação dos projetos das unidades organizacionais.

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS			
	Unidade Organizacional: DGPCF	Proposto por: RD da DGPCF	Aprovado por: Diretor- Geral da DGPCF	Período: Janeiro a dezembro de 2007

Constatou-se que o conjunto de ações deliberadas pela Administração repercutiu na redução de índices, como por exemplo, a Despesa Total da Justiça, que pela primeira vez em em sete anos, registrou involução de 0,56%; a despesa com investimentos, com redução em 2007 de, aproximadamente, 66,18%, a primeira nos últimos cinco anos; e as despesas de custeio e capital totalizadas consignaram a primeira redução dos últimos três anos, de 10,93% em relação a 2006, conforme o demonstrado no Relatório Anual do PJERJ.


Os bons resultados advindos do cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Administração pode ser atribuída, principalmente, à colaboração de todas as unidades gestoras do PJERJ, no sentido de proporcionar o equilíbrio entre despesas e receitas, esforço que deve ser contínuo, para que o PJERJ mantenha-se eficiente, eficaz e efetivo proporcionando ao cidadão a excelência na prestação jurisdicional.

Ademais, buscando a promoção de melhorias em procedimentos foram compartilhadas ações entre as equipes do DEGAR, DGTEC e Corregedoria no sentido de implementar um dos objetivos estratégicos propostos pela DGPCF, o de “Dar continuidade ao Projeto da Grerj Eletrônica”, o qual objetivou agilizar o pagamento dos valores devidos ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça deste Estado, via internet.

Primeiramente, foi implementada em 12 de dezembro de 2007 a guia eletrônica para recolhimento dos 20% pelas serventias extrajudiciais privatizadas e para pagamento referente às cessões e permissões de uso.

Em 2008, planeja-se finalizar a guia destinada ao recolhimento na esfera judicial e, por último, a relativa a recolhimentos devidos pela prática de atos por serventias extrajudiciais oficializadas.

Dentre as vantagens advindas da implantação da GRERJ Eletrônica, pode-se ressaltar a agilidade de acesso, a redução de erros no preenchimento, a comodidade no pagamento via intranet, a rapidez na gravação de dados das guias e a confiabilidade da disponibilização de código de barras.

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS			
	Unidade Organizacional: DGPCF	Proposto por: RD da DGPCF	Aprovado por: Diretor- Geral da DGPCF	Período: Janeiro a dezembro de 2007

Em suma, a implantação da GRERJ Eletrônica possibilitou ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro racionalizar procedimentos, reduzir custos e controlar com mais eficiência e eficácia suas receitas.